LEI Nº 523/2008

De: 01/07/2008

Súmula: Dispõe sobre a Rede de Proteção e Atendimento aos Direitos das Crianças e Adolescentes no âmbito municipal, regulamentando sua atividade e dá outras providências.

Eu, JOSÉ NIVALDO STOFFELS, Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, FAÇO SABER a todos os habitantes que a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES decretou e eu sanciono a presente

LEI:

CAPÍTULO I

DA REDE DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO

Art.1º. Esta Lei dispõe sobre a Rede de Proteção e Atendimento (RPA) aos Direitos das Crianças e Adolescentes no âmbito do Município e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

Parágrafo Único. A presente lei deverá ser interpretada de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º. O atendimento aos direitos das crianças e adolescentes é prioridade absoluta no âmbito municipal e far-se-á através de:

I- Dotação orçamentária específica, para o Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, contemplando:

a) Os créditos necessários ao custeio das entidades integrantes da Rede de Proteção e Atendimento (RPA), exceto despesas de pessoal, e

b) Os créditos necessários ao custeio das Políticas de Proteção estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

II - Efetiva aplicação das Políticas formuladas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de caráter obrigatório e vinculado para a Administração Pública e entidades integrantes da Rede de Proteção e Atendimento;

Art. 3º. Integram a Rede de Proteção e Atendimento aos Direitos das Crianças e Adolescentes todas as entidades do Município que desenvolvam atividades voltadas às crianças ou adolescentes, em especial:

- I- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II- Conselho Tutelar;
- III- Casa Lar;
- IV- Casal Social;
- V- Abrigo em Família (Família Acolhedora);
- VI- Casa de Passagem;
- VII- Casa de Custódia;
- VIII- Corpo de Voluntários da Infância e Juventude;
- IX- Fundo Municipal dos Direitos da criança e Adolescente (FMDCA);
- X- Poder Executivo Municipal;
- XI- Programa Municipal de Atendimento para Execução das Medidas de Meio Aberto;
- XII- Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI;
- XIII- Programa Municipal de Orientação e Tratamento de Dependentes Químicos;
- XIV- Programa Municipal de Apoio à Família em Situação de Risco;
- XV- Programa Municipal de Atendimento à Vítimas de Violência;

- XV – Programas e Cursos de Profissionalização;
- XVI – APAE;
- XVII – Escolas da Rede Municipal de Ensino, etc.

Parágrafo Único. Todas as entidades da Rede de Proteção e Atendimento (RPA) deverão subsidiar a formulação de políticas públicas para a infância e juventude, fornecendo informações sobre número de atendimentos realizados e sua natureza específica, na forma de Relatório Mensal encaminhado à Comissão de Dados do CMDCA, de modo a que seja possível diagnosticar prioridades de atuação a partir de dados estatísticos.

Art. 4º. A Rede Municipal de Atendimento aos Direitos das Crianças e Adolescentes tem como princípios:

- a) Co-responsabilizar a família, sociedade e Estado em efetivar com prioridade absoluta os direitos das crianças e adolescentes.
- b) Cortesia e respeito no atendimento ao público.
- c) Atuação integrada, mantida a autonomia de cada entidade, sob a coordenação e controle externo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que estabelece diretrizes de atuação e fiscaliza o efetivo cumprimento das atribuições previstas em lei pelas demais entidades da Rede de Proteção;
- d) Preservar no interior da Rede de Proteção e Atendimento o sigilo profissional de Informações recebidas a respeito de menores e seus familiares, somente acessível às demais entidades da própria Rede de Proteção, Poder Judiciário e Ministério Público;
- e) Atuação objetiva, fundada em dados e provas, respeitando a diversidade de pensamento, de crença e de opinião, sem preconceitos ao modo de vida das famílias, desde que assegurados os direitos das crianças e adolescentes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

f) Constante aperfeiçoamento funcional, realizado através da participação obrigatória nos cursos organizados pelo CMDCA, quando for convocado.

Parágrafo Único. Cada órgão da Rede de Proteção e Atendimento enviará até o dia 05 de cada mês relatório de sua atuação à Comissão de Dados do CMDCA, conforme modelo por esta formulado, objetivando subsidiar com dados estatísticos o levantamento da situação da Infância e Juventude na Comarca.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –CMDCA

Art. 5º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é o órgão consultivo e deliberativo da Política Municipal de atendimento à Infância e Juventude, incumbindo-lhe, ainda, atuar como coordenador da Rede de Proteção e Atendimento e exercer o controle externo das demais entidades da Rede de Proteção e Atendimento.

Art. 6º. O CMDCA é composto de dez membros, sendo cinco governamentais e cinco não governamentais, da seguinte forma:

- I- Um representante da Secretaria Municipal de Ação Social;
- II- Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- III- Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- IV- Um representante da Secretaria Municipal de Finanças ou da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
- V- Um representante da Procuradoria Municipal;
- VI- Cinco membros não governamentais, representantes de entidades da sociedade civil organizada, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano.

Parágrafo Único. Não existindo no Município número suficiente de entidades para o preenchimento das vagas dos representantes da sociedade civil caberá sua indicação pelos demais membros do Conselho em conferência especialmente convocada, dentre pessoas com experiência na área.

SEÇÃO I

DA ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DO CMDCA

Art. 7º A organização da Sociedade Civil interessada em participar da constituição do CMDCA habilitar-se-á perante este, na forma e prazos estabelecidos pelo regimento Interno do CMDCA, comprovando documentalmente suas atividades há pelo menos 01(um) ano, bem como indicando seu representante e respectivo suplente e concorrerá nas próximas eleições às vagas respectivas.

§ 1º - A Seleção dos representantes das Organizações da Sociedade Civil e seus respectivos suplentes far-se-á mediante eleição em conferência, realizada entre as próprias entidades habilitadas e representantes governamentais especificamente convocadas para tal fim.

§ 2º - O mandato dos representantes de Organizações da Sociedade Civil será de 03 anos, permitida uma recondução.

Art. 8º. Os conselheiros e suplentes governamentais, serão nomeados livremente pelo Prefeito municipal, que poderá destituí-los a qualquer tempo.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTOS DO CMDCA

Art. 9º. São atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de seus membros, além daquelas já previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

I- Coordenar a Rede de Proteção e Atendimento aos direitos das crianças e adolescentes no âmbito municipal;

II- Formular, até 31 de Março de cada ano um **Relatório Anual da Situação da Infância e Juventude do Município** detalhando informações sobre a área no Município naquele ano. O Relatório Anual deverá ser amparado com dados estatísticos oriundas das entidades integrantes da Rede de Proteção e Atendimento e de outras fontes oficiais, tais como: Instituições de Pesquisa (IBGE, DATASUS, IPARDES); Secretarias Estaduais e Municipais; Delegacia de Polícia; Instituto Médico Legal; Ministério Público; Varas da Infância e Juventude, etc. O Relatório Anual deve abordar entre outros aspectos, a estrutura municipal de atendimento, o número de crianças do Município, por faixa etária, a quantidade de vagas em creches e escolas; dados sobre trabalho infantil; exploração sexual, ato infracional, etc, (observar o Anexo II desta Lei).

III- Elaborar um **Rol Anual de Prioridades de Atuação**, com base no Relatório Anual da Situação da Infância e da Juventude, levando em conta, em primeiro lugar, a gravidade da situação existente, seguida pela estimativa do impacto positivo da ação proposta para a maioria das crianças e adolescentes do município;

IV- Definir, com base nestes documentos uma **Política Anual**, consubstanciada em um plano estratégico de atuação, prevendo medidas específicas e detalhadas a serem implementadas no ano seguinte, inclusive estabelecendo responsabilidades e metas para cada órgão ou entidade. O CMDCA contará com o apoio técnico do Poder Executivo Municipal para calcular os recursos financeiros necessários à implantação da Política Anual, aferindo de sua viabilidade econômica. Caso o projeto não tenha viabilidade econômica para o ano seguinte, será obrigatoriamente incluindo em Plano Plurianual, com previsão para a sua efetiva implementação em data específica.

V- Preservar o sigilo profissional em sua atuação, somente acessível às demais entidades da própria Rede de Proteção, Poder Judiciário e Ministério Público;

VI- Comparecer às sessões colegiadas;

VII- Organizar-se em comissões de trabalho, sendo previstas, no mínimo:

a) **Comissão de Aperfeiçoamento Funcional**, destinada a organizar e executar um calendário anual de cursos para o aperfeiçoamento dos membros das entidades da Rede de Proteção e Atendimento, bem como palestras e eventos de divulgação e promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes junto à comunidade, inclusive nas datas comemorativas listadas nesta lei, realizando relatório anual de suas atividades, remetendo cópia ao Ministério Público;

b) **Comissão de Coordenação e Integração (CCI)**, destinada a atuar como elo de ligação entre as entidades da RPA para melhoria, integração e otimização de seu funcionamento e efetiva aplicação das Políticas formuladas pelo CMDCA, realizando relatório anual de suas atividades, remetendo cópia ao Ministério Público;

c) **Comissão de Dados**, destinada a coleta e sistematização de dados estatísticos sobre a infância e juventude no Município, subsidiando o CMDCA para a elaboração do **Relatório Anual da Situação da Infância e Juventude do Município**. Incumbe, ainda, à Comissão de Dados organizar, manter e arquivar as Políticas Municipais formuladas pelo CMDCA em cada ano, os relatórios das demais Comissões e as estatísticas de atendimento da Rede de Proteção e Atendimento. A Comissão elaborará relatório anual de suas atividades, remetendo cópia ao Ministério Público e poderá oficiar a qualquer entidade pública ou particular do Município para obter os dados de que necessita para fazer um diagnóstico da infância e juventude.

d) **Comissão Disciplinar**, atuando como Corregedoria da Rede de Proteção e Atendimento, destinada a receber e apurar denúncias do descumprimento de deveres funcionais por qualquer de seus membros. A Comissão Disciplinar realizará correições ordinárias, anualmente, em cada entidade integrante da RPA,

exceto Secretarias Municipais, apresentando relatório anual de suas atividades ao CMDCA.

VIII- O CMDCA zelará para que conste do orçamento municipal a ser repassado ao FMDCA recursos necessários ao atendimento em clínica especializada de adolescentes com dependência química.

IX- Selecionar e indicar os candidatos o Casal Social a serem nomeados pelo Prefeito Municipal, bem como sugerir sua exoneração se for conveniente a bem do serviço público;

X- O CMDCA zelará anualmente para apresentação de projeto destinado à Infância e Juventude, observadas o Rol de Prioridades elencado, para pleitear verbas e repasses do FIA estadual;

XI- Realizar o Controle Externo do Conselho Tutelar, em especial:

a) Tomando-lhe conta de suas ações, em sua correição anual, compreendendo, entre outros, o número de atendimentos realizados e a observância de suas atribuições e das Políticas de Atendimento formuladas pelo CMDCA, nos termos desta Lei;

b) Fiscalizando e homologando a aplicação de seus recursos e despesas em colaboração com o Poder Executivo;

c) Fixando seus plantões e escalas;

d) Concedendo a seus membros licenças e férias, bem como convocando os suplentes legais, se for o caso;

e) Conduzir o Processo Disciplinar contra seus membros, aplicando as sanções legais pertinentes.

XII- Fiscalizar a Casa Lar e o Casal Social:

a) Tomando-lhe conta de suas ações em sua correição anual, compreendendo, entre outros, o número de atendimentos realizados e observância de suas atribuições e das Políticas de Atendimento formuladas pelo CMDCA, nos termos desta Lei;

b) Fiscalizando e homologando a aplicação de seus recursos e despesas em colaboração com o Poder Executivo;

- c) Concedendo a seus membros licenças e férias, bem como convocando o suplente no afastamento do titular;
 - d) Conduzindo o Processo Disciplinar contra seus membros, aplicando as sanções legais pertinentes, sugerindo, se for o caso, sua exoneração ao Prefeito Municipal.
- XIII- Conduzir o Processo Disciplinar contra membro do próprio CMDCA, aplicando as sanções legais pertinentes.
- XIV- Elaborar ou modificar seu Regimento Interno, prevendo e detalhando e regulamentando suas atribuições específicas;
- XV- Firmar convênios com entidades públicas e particulares objetivando angariar recursos para Custeio das Políticas Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes.
- XVI- Incumbe ao CMDCA, através de sua Comissão de Disciplinar, elaborar manual de orientação funcional a cada uma das entidades integrantes da Rede de Proteção e Atendimento, contendo os dispositivos desta lei atinentes a cada entidade correspondente.
- XVII- Deliberar sobre os demais casos omissos ou não previstos em lei;

§1º. As Comissões do CMDCA prestam contas de suas ações ao plenário do CMDCA, mensalmente em suas reuniões ordinárias, podendo ter seus atos revistos por decisão de 2/3 de seus membros, mediante a provocação de qualquer de seus membros.

§ 2º. O Relatório Anual da Situação da Infância e Juventude do Município, acompanhado do Rol de Prioridades de Atuação e sua respectiva Política Anual incluindo o detalhamento dos recursos necessários à sua implantação (viabilidade econômica), deverão ser apresentados em reunião pública especialmente convocada para tal fim. Para a reunião o CMDCA convidará representantes de todas as entidades da Rede de Proteção e Secretarias Municipais, bem como Poder Executivo Municipal, Câmara dos Vereadores, Ministério Público e Poder Judiciário e autoridades policial (Civil e Militar).

§ 3º. O Relatório Anual da Situação da Infância e Juventude do Município, acompanhado do Rol de Prioridades de Atuação e sua respectiva Política Anual deverão ser formalmente encaminhados ao Poder Executivo Municipal até 31 de Abril de cada ano para inclusão na Lei Orçamentária Anual dos recursos necessários à sua implantação.

§ 4º. As ações detalhadas da Política Anual deverão integrar dotação orçamentária específica do ano seguinte para o Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, que deverão ser, obrigatoriamente repassados pelo Executivo Municipal.

§ 5º. O CMDCA, em conjunto com o Poder Executivo Municipal realizarão estudos para aferir da possibilidade da Rede Municipal de Ensino adotar o turno integral.

§ 6º. É Política Municipal obrigatória a existência de vagas suficientes em creche pública para todas as crianças de 0 a 06 anos, o que deverá ser efetivado em até 02 anos da vigência desta lei, subsidiado com levantamento de dados;

§ 7º. As Políticas Municipais formuladas pelo CMDCA deverão ser aprovadas em procedimento formal, a ser regulamentado em seu regimento interno, sendo consideradas aprovadas pelo voto de 2/3 dos membros do CMDCA, em reunião especificamente convocada para tal fim, devendo ser numeradas, publicadas e arquivadas, remetendo cópia às entidades integrantes da Rede de Proteção e Atendimento.

§ 8º. No exercício do poder de controle externo o CMDCA ou qualquer de seus membros, não poderão fazer determinações casuísticas a membro de qualquer entidade da Rede de Proteção e Atendimento que não constem de Política Municipal regularmente instituída ou prevista nesta lei, nem agir, sob pretexto de controle externo, de forma a retirar a autonomia de cada entidade.

Art. 10º. O Presidente, o Vice-Presidente, o Secretario, e os membros das respectivas Comissões serão eleitos, em sessão com quorum mínimo 2/3 dos membros do CMDCA e terão suas atribuições regulamentadas no Regimento Interno.

Art. 11º. As Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Ação Social ficarão encarregados de fornecer apoio técnico, material e administrativo, inclusive dados e informações para o funcionamento do CMDCA, sempre que por ele requisitados.

Art. 12º. O desempenho da função de membros do CMDCA, que não tem qualquer remuneração, será considerado como serviço relevante prestado ao Município, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 13º. As demais matérias pertinentes ao funcionamento do CMDCA serão devidamente disciplinadas pelo seu Regimento Interno, inclusive a forma de deliberação.

CAPÍTULO III

CORPO DE VOLUNTÁRIOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Art. 14. O CMDCA poderá admitir pessoas, sob o regime jurídico de voluntário, conforme previsto na Lei Federal nº 9.608/98, com livre nomeação e exoneração e sem remuneração, diretamente subordinadas ao CMDCA e objetivando prestar auxílio na implementação das atribuições do CMDCA, do Conselho Tutelar, ou de outra entidade da Rede de Proteção e Atendimento, na forma disciplinada no Regimento Interno do CMDCA.

§ 1º. Deverá ser priorizada a contratação de pessoas com reconhecida idoneidade moral e experiência profissional na área de Infância e da Juventude, de forma a priorizar uma conduta educativa no desempenho de suas funções.

§ 2º. São deveres do Corpo de Voluntários da Infância e da Juventude:

- a) Preservar o sigilo profissional em sua atuação, somente acessível às demais entidades da própria Rede de Proteção, Poder Judiciário e Ministério Público;
- b) Observar as Políticas Municipais formuladas pelo CMDCA;

§ 3º. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

§ 4º. O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de Termo de Adesão entre o CMDCA, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

CAPÍTULO IV

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES - FMDCA

Art. 15. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (FMDCA), assim constituído:

I- Dotação consignada no orçamento do Município para custeio das entidades integrantes da Rede de Proteção e Atendimento em suas despesas correntes, como alimentação, contas telefônicas, de combustível, passagens e outras, exceto folha de pagamento de pessoal;

II- Dotação consignada no orçamento do Município para Custeio das Políticas de Atendimento, nos termos desta lei;

III- Recursos provenientes dos Conselhos Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV- Doações, auxílios, contribuições e legados que venham a ser destinados;

V- Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais, decisões judiciais, prestações pecuniárias, etc;

VI- Outros recursos que lhe forem destinadas.

Parágrafo Único. O FMDCA será administrado por um órgão gestor, composto por membros designados pelo Executivo Municipal e pela Comissão de Coordenação do CMDCA, na forma estabelecida em seu regulamento, prestando contas, anualmente, ao pleno do CMDCA.

Art. 16. O órgão gestor do FMDCA subsidiará a definição das políticas públicas na área da infância e juventude do Município elaborando e fornecendo informações à Comissão de Dados do CMDCA, na forma de um Relatório Mensal de suas Atividades, conforme modelo organizado por aquela comissão;

CAPÍTULO V

DO CONSELHO TUTELAR E DA CASA DE PASSAGEM

Art. 17. O Conselho Tutelar é órgão público municipal, permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e pela execução das Políticas Municipais de Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes, estabelecidas pelo CMDCA.

§ 1º. Enquanto órgão público municipal, o Conselho Tutelar não tem personalidade jurídica, sendo representado ativa e passivamente em Juízo pelo Município.

§ 2º. A atividade do Conselho Tutelar situa-se no campo administrativo (não jurisdicional) e deve consubstanciar-se nos princípios básicos do agir da administração, quais sejam, a legalidade, a moralidade, impessoalidade, eficiência, a finalidade.

§ 3º. O Conselho Tutelar manifesta sua vontade com autonomia funcional, sem ingerências, exceto a possibilidade de revisão pelo Poder Judiciário. Suas decisões têm os atributos do ato administrativo, como a presunção da legitimidade, a imperatividade e a auto-executoriedade.

§ 4º. A autonomia funcional, em matéria de sua competência, quando age ou aplica medidas, compreende a faculdade de tomar decisões sem obediência hierárquica, em prol do interesse público que defende e de sua missão legal.

§ 5º. A manifestação de vontade do Conselho Tutelar é de natureza técnica, no sentido de que a solução do caso é ditada pela norma legal e seus princípios.

§ 6º. O Conselho Tutelar está sujeito a controle externo pelo CMDCA, que fiscaliza a observância dos princípios que regem a Administração Pública e a efetiva

atuação do Conselho Tutelar no cumprimento das atribuições de sua competência, com observância à lei e prestando contas da aplicação de seus recursos.

§7º. A título de controle externo o CMDCA não poderá interferir nas escolhas e decisões que o Conselho Tutelar entender mais adequadas em cada caso concreto, nem fazer determinações diretas de atuação, exceto na forma de Política Municipal.

§8º. Sempre que para o exercício de suas atribuições o Conselho Tutelar necessitar de recursos financeiros, tais como diárias em deslocamento, compra de passagens, etc., serão requeridas, mediante apresentação de justificativa por escrito, ao presidente da Comissão de Coordenação e Integração do CMDCA, o qual providenciará a liberação de recursos do FMDCA. Da decisão de indeferimento cabe recurso ao presidente do CMDCA.

Art. 18. O Conselho Tutelar é composto de 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) suplentes, para mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução.

Art. 19. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será da responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, com a fiscalização do Ministério Público.

Art. 20. A Casa de Passagem funcionará no prédio do Conselho Tutelar e sob sua responsabilidade, visando abrigo por até 48 horas de crianças e adolescentes de passagem por este município, aguardando recâmbio para seu Município de origem.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Ação Social fornecerá o suporte de pessoal e material necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e Casa de Passagem, inclusive designando servidor que permaneça no Conselho Tutelar no período noturno quando houver criança ou adolescente de passagem.

Art. 21. A atividade do Conselho Tutelar é ininterrupta, 24 horas por dia, de segunda a segunda.

§1º. A sede do Conselho Tutelar permanecerá aberta das 08 às 17 horas, período durante o qual é realizado o atendimento regular por todos os cinco conselheiros tutelares.

§2º Fora deste horário, inclusive finais de semana e feriados, o atendimento é realizado mediante plantão e somente para os casos de urgência. O Conselho Tutelar no prazo de 30 dias da entrada em vigor desta lei submeterá ao CMDCA, para homologação, em que consiste a definição de urgência e quais procedimentos são realizados nestes atendimentos.

§ 3º A escala mensal de plantão de serviço elaborada pelo próprio Conselho Tutelar, será remetida até o dia 05 (cinco) de cada mês ao CMDCA, Polícia Militar e Civil, Ministério Público e Poder Judiciário.

§4º Para assegurar o funcionamento ininterrupto, o Conselho Tutelar manterá telefone celular de plantão, 24 horas, devidamente divulgado ao público em local visível na parede externa de sua sede.

Art. 22. No campo administrativo interno, o Conselho Tutelar contará com o suporte necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações, serviços e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal, a partir de requisições do CMDCA.

Art. 23. O Conselho Tutelar deverá contar com sede própria de fácil acesso à população e devidamente identificada, com instalações adequadas a seu funcionamento, veículo de uso exclusivo, telefone fixo exclusivo; telefone celular para plantão, computador, impressora, e máquina fotográfica digital. Tais bens serão afetos ao patrimônio do Conselho Tutelar, mediante plaqueta de identificação e Livro de Registro de Bens, o qual deverá permanecer no CMDCA.

Parágrafo Único. Caso a estrutura prevista neste artigo não esteja disponível no Município, deverá ser incluída, obrigatoriamente na Política Municipal a ser implementada no próximo ano à vigência desta lei.

Art. 24. O Conselho Tutelar é competente para atender qualquer criança ou adolescente em situação de risco cujos pais ou responsáveis tenham domicílio no Município bem como aqueles cujos pais forem falecidos, ausentes ou desconhecidos.

Parágrafo Único. Tratando-se de criança ou adolescente cujos pais residam em outro Município, realizado o atendimento emergencial, o Conselho Tutelar irá encaminhá-la de imediato às autoridades competentes do Município respectivo, ou, não sendo possível, fará seu abrigamento na Casa de Passagem, requisitando servidor da Secretaria Municipal de Ação Social, vedado seu ingresso na Casa Lar.

Art. 25. No exercício de suas atribuições o Conselho Tutelar tem livre acesso a qualquer recinto público, tais como escolas, creches, clubes, boates, teatros, cinemas, etc.

Art. 26. A Comissão de Coordenação de Integração do CMDCA é o elo de ligação do Conselho Tutelar com qualquer entidade da Rede de Proteção e Atendimento, a qual deverá ser consultada sempre que o Conselho Tutelar tiver qualquer sugestão para melhoria do sistema de atendimento ou quando encontre dificuldades de atuação em razão de decisões de outro órgão integrante da RPA.

SEÇÃO I

DOS REQUISITOS E DO REGISTRO DOS CANDIDATOS

Art. 27. Somente poderá ser candidato ao cargo de Conselheiro Tutelar, o proponente que preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

I- Realizar inscrição preliminar comprovando:

I-a). Reconhecida idoneidade moral, comprovada através de Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, sem prejuízo de outras exigências previstas em regulamento do CMDCA;

- I-b). Idade superior a 21 anos;
 - I-c). Possuir segundo grau completo;
 - I-d). Ter habilitação para conduzir veículo;
 - I-e). Residir no Município há mais de 02 anos;
 - I-f). Estar no gozo dos direitos políticos;
 - I-g). Reconhecida experiência na área de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente de mais de 01 ano, conforme regulamento do CMDCA.
- II- Obter aprovação em prova objetiva comprovando conhecimentos sobre informática, Português, Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como sobre a presente lei;
- III- Participar de Curso de Capacitação;

Art. 28. A abertura do prazo para inscrição preliminar ao cargo de Conselheiro Tutelar, bem como as fases subsequentes, deverão ser divulgadas pelo CMDCA, assegurada ampla e prévia publicidade, inclusive afixada nos átrios da Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Fórum e Gabinete do Ministério Público.

Art. 29. A inscrição preliminar deverá ser endereçada ao presidente do CMDCA, em local, forma e prazo estabelecidos por este, mediante requerimento escrito, acompanhada de prova de preenchimento dos requisitos estabelecidos nesta lei.

Art. 30. A inscrição preliminar referida no artigo anterior será autuada individualmente pelo CMDCA para eventual impugnação.

Art. 31. Findo o prazo para o registro da inscrição preliminar, o CMDCA publicará os nomes dos candidatos inscritos, convocando-os para a realização de **Prova Objetiva**, estabelecendo prazo de 48 horas (quarenta e oito horas) para a apresentação de impugnações.

Art. 32. Realizada a prova Objetiva, o CMDCA publicará a relação dos candidatos aprovados, convocando-os para Curso de Capacitação, estabelecendo o prazo de 48 horas (quarenta e oito horas) para a apresentação de impugnações.

Art. 33. Realizado o Curso de Capacitação, o qual detalhará as funções, atribuições e vantagens do cargo, os candidatos aptos poderão ser votados pela comunidade local, escolhendo-se 05 (cinco) titulares e cinco (suplentes), na forma prevista no Regulamento da Eleição, elaborado pelo CMDCA, observados os impedimentos constantes no artigo 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. De todo o procedimento haverá ciência pessoal das decisões do CMDCA ao Ministério Público.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES, DEVERES E VEDAÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Art. 34. São deveres e atribuições do Conselho Tutelar e de seus membros, além daquelas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente:

I- Subsidiar a definição das políticas públicas na área da infância e juventude do Município elaborando e fornecendo informações à Comissão de Dados do CMDCA, na forma de um Relatório Mensal de suas Atividades, especificando a natureza e o número de atendimentos realizados, conforme modelo organizado por aquela comissão;

II- Zelar para que as Políticas de Atendimento formuladas pelo CMDCA sejam aplicadas;

III- Acompanhar a oitiva do adolescente ao qual é imputada a prática de ato infracional, na Delegacia de Polícia ou Polícia Militar, de forma a preservar seus direitos;

IV- Comunicar por escrito, no prazo de 24 horas, ao Juízo, o abrigamento e o desabrigamento de criança e adolescente, observado o disposto em título próprio a este respeito;

- V- Visitar mensalmente a Rede Pública Escolar, obtendo a relação dos alunos matriculados que tenham faltado mais de 05 (cinco) dias no mês, instaurado procedimento para regularizar sua situação, inclusive fiscalizando as ações adotadas pela escola;
- VI- Atuar de forma itinerante e ativa, com abordagens de rua, fiscalização em bares, clubes e similares e não somente sob forma de denúncias;
- VII- Preservar o sigilo profissional dentro da Rede de Proteção e Atendimento, autoridade judiciária e Ministério Público;
- VIII- Comparecer às sessões colegiadas do próprio Conselho;
- IX- Manter conduta pública e particular ilibada;
- X- Utilizar bens e serviços públicos exclusivamente a bem do interesse público;
- XI- Fazer registro escrito de todo atendimento, observando o devido processo administrativo, conforme título próprio desta lei, mantendo sistema estatístico de intervenção e arquivo;
- XII- Trabalhar com dedicação exclusiva, ressalvado o disposto no artigo 37, inciso XVI, alínea "b" da Constituição Federal, cumprindo a escala de serviços e plantões organizada pelo CMDCA;
- XIII- Participar, obrigatoriamente, dos cursos de aperfeiçoamento organizados pelo CMDCA quando for convocado.
- XIV- Acatar as decisões do pleno do Conselho Tutelar, bem como as decisões de seu Presidente e Secretário, no exercício de suas atribuições específicas, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho Tutelar.
- XV- Prestar contas ao CMDCA, no plano administrativo, do efetivo cumprimento de suas atribuições, bem como da correta aplicação dos seus recursos e despesas.
- XVI- Promover as medidas Administrativas de sua competência, inclusive em relação à inobservância das regras de realização de eventos públicos, conforme capítulo específico desta lei;
- XVII- No exercício de suas atividades o membro do Conselho Tutelar deverá utilizar crachá de identificação, fornecido pelo CMDCA.

XVIII- Incumbirá ainda ao Conselho Tutelar:

- a) fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos;
- b) realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público;
- c) cumprir as medidas determinadas pela autoridade judiciária;

Art. 35. É vedado ao Conselheiro Tutelar, no exercício de seu mandato, realizar atividade político-partidária.

§1º. O Conselheiro Tutelar que desejar realizar atividade político-partidária deverá requerer sua exoneração ao CMDCA, não cabendo desistência, reconsideração, recurso, nem readmissão, a partir do protocolo do pedido.

§2º. O descumprimento do disposto no “caput” deste artigo, desde que regularmente apurado em procedimento administrativo, sujeitará o infrator à perda do cargo através de decisão do CMDCA.

§3º. Não constitui infração a este artigo manter a filiação partidária anterior à eleição como conselheiro, desde que não haja militância política durante o mandato, afastando-se da participação em eventos de natureza política tais como reuniões partidárias, comícios, carreatas, etc.

Art. 36. As sessões colegiadas do Conselho Tutelar serão instaladas com o quorum mínimo de 03 três conselheiros.

Art. 37. O Conselho Tutelar é representado por seu Presidente.

Art. 38. O Conselho Tutelar terá um presidente e um secretário, escolhido por seus pares, com mandato de 01 (um) ano e com atribuições previstas em seu Regimento Interno.

SEÇÃO III

DA REMUNERAÇÃO E DAS VANTAGENS

Art. 39. Os membros do Conselho Tutelar serão remunerados pelo valor mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais), percebendo o Presidente mais 10% (dez por cento) da remuneração percebida pelos demais membros, não havendo direito ao recebimento de horas extras, por se tratar de trabalho com dedicação exclusiva.

§ 1º. A remuneração será atualizada nos mesmos índices dos reajustes que forem concedidos aos servidores públicos municipais.

§ 2º. O exercício do mandato de Conselheiro Tutelar não gera relação de emprego com municipalidade, nem outros direitos, exceto os previstos nesta lei.

Art. 40. Sendo o escolhido Conselheiro Tutelar algum Servidor Municipal, este poderá optar pelos vencimentos de seu cargo, vedada acumulação de vencimentos e assegurada a contagem de serviço para fins de aposentadoria, bem como o retorno ao cargo ou função que exercia, findo o mandato de Conselheiro.

Art. 41. É assegurado ao Conselheiro Tutelar:

I – o recebimento de 13º (décimo terceiro) salário;

II - férias anuais remuneradas de 30 dias, com remuneração de 1/3 a mais do que o vencimento normal;

III - as seguintes licenças remuneradas:

a) Licença paternidade de 5 dias;

b) Licença maternidade, por 120 dias;

c) Licença saúde, de até 15 dias, inclusive em razão de doença de familiar até o terceiro grau, mediante a apresentação de Laudo Médico, o qual deverá ser ratificado pelo CMDCA;

d) Licença luto, em virtude de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão, sogro, nora, genro, de até 05 dias;

§ 1º. No afastamento do titular por mais de 05 dias, inclusive em razão das férias, o CMDCA deverá chamar seu substituto legal, de modo a assegurar a continuidade dos serviços do Conselho Tutelar, comunicando imediatamente ao Executivo Municipal para fins de inclusão em folha de pagamento.

§ 2º. O CMDCA concederá férias ao Conselheiro Tutelar, de acordo com escala elaborada pelo CMDCA, bem como concederá as licenças, quando cabíveis.

§ 3º. Cada Conselheiro Tutelar será inscrito no Regime Geral da Previdência Social, nos termos do artigo 11, alínea “h” da Lei nº 8.213/91.

Art. 42. Os recursos necessários à remuneração devida aos membros do Conselho Tutelar, inclusive seus suplentes, deverão constar da Lei Orçamentária Municipal.

SEÇÃO IV

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 43. O trabalho do Conselho Tutelar será reduzido a termo através de Procedimento Administrativo, objetivando padronizar a atuação dentro de critérios técnicos, sendo orientado pelos princípios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade.

Parágrafo Único. Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais.

Art. 44. Todas as peças do Procedimento Administrativo serão autuadas, reduzidas a escrito ou datilografadas e numeradas num só corpo, constando da autuação a Família sob investigação e Proteção e o nome das crianças e adolescentes sob atendimento.

Parágrafo Único. Caso nova situação de risco envolvendo a mesma família venha a ser constatada após o arquivamento do procedimento este terá continuidade nos mesmos autos.

Art. 45. O Procedimento Administrativo será iniciado:

I - de ofício por qualquer representante do Conselho Tutelar, consignando, de modo sucinto, a situação de risco constatada;

II - mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público;

III- a requerimento de interessado ou de quem tiver qualidade para representá-lo, o qual deverá conter a descrição de fato específico que constitua situação de risco, acompanhado de um mínimo de provas e identificação do interessado.

Parágrafo Único. O Pleno do Conselho Tutelar poderá indeferir, fundamentadamente, a instauração de Procedimento Administrativo na hipótese do inciso III deste artigo, cabendo recurso ao Presidente do Conselho Tutelar.

Art. 46. O Procedimento Administrativo tramitará no Conselho Tutelar até seu arquivamento, somente sendo encaminhada cópia ao Ministério Público ou à juízo nas hipóteses previstas nesta lei ou quando for necessária a aplicação de medida judicial que extrapole o âmbito do poder de requisição do Conselho Tutelar.

Parágrafo Único. A remessa de cópia dos autos ao Ministério Público ou ao Poder Judiciário não retira a competência do Conselho Tutelar que continua vinculado ao caso para a adoção das medidas administrativas que lhe são cabíveis na esfera de sua competência.

Art. 47. Logo que tiver conhecimento de Situação de Risco envolvendo Criança ou adolescente, o membro do Conselho Tutelar deverá instaurar procedimento administrativo:

I – Relatando sucintamente a situação de risco sob investigação na portaria inicial;

II – Identificar a criança ou adolescente em situação de risco, providenciando cópia de sua Certidão de Nascimento para ser juntada aos autos. Caso constatare que ela não tem documento deverá providenciar imediatamente seu registro, adotando as providências necessárias;

III - Aferir da situação escolar da criança ou adolescente, juntando cópia de seu histórico escolar e declaração da professora da criança ou adolescente aferindo de seu comportamento, freqüência, aproveitamento escolar, higiene e limpeza e participação dos pais na escola. Caso a criança ou adolescente esteja fora da rede escolar (creche ou escola) o Conselho Tutelar observará, também, o disposto em artigo específico desta lei.

IV - Identificar e qualificar seus pais ou responsáveis, tomando suas declarações;

V - Ouvir vizinhos, parentes e testemunhas, tomando suas declarações;

VI - Identificar todos os parentes da criança ou adolescente até o terceiro grau, obtendo sua qualificação e telefone de contato.

VII - Delimitar e esclarecer objetivamente qual é a situação de risco encontrada, com descrição precisa e circunstanciada do fato, indicando quais direitos das crianças ou adolescentes estão sendo violados, ou quais deveres estão sendo descumpridos;

VIII - Identificar e delimitar qual é a causa da desestrutura familiar que levou à situação de risco, averiguando a vida pregressa da família, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois da situação de risco e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do temperamento e caráter da família e em relação a seus filhos.

IX - Aplicar, fazendo constar dos autos, medidas que objetivam reestruturar a família, entre aquelas previstas nos artigos 101 e 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente, fazendo as requisições que forem necessárias, devidamente formalizadas nos autos, entre as quais a inclusão, se for o caso, em Programa Municipal, certificando se foram ou não atendidas e qual resultado obtido.

X - Colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias, inclusive fotografias, exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias, com apoio da autoridade policial, se for necessário;

§1º. O Conselho Tutelar somente requisitará Estudo Social e Avaliação Psicológica nas hipóteses previstas nesta lei. O Estudo Social e a Avaliação Psicológica serão requeridos ao titular do programa municipal no qual for inserida a criança ou adolescente, mencionando o artigo específico desta lei, bem como o número dos autos do procedimento administrativo. Não sendo o caso de inserção em programa, o Estudo Social e a Avaliação Psicológica serão requeridos ao titular da pasta da Ação Social.

§2º. Será instaurado um procedimento administrativo por família sob proteção, mesmo na hipótese de que várias crianças e adolescentes de famílias diversas tenham seus direitos violados em conjunto.

Art. 48. Na hipótese de dependência química de criança ou adolescente, além dos procedimentos previstos no artigo 47 desta lei o Conselho Tutelar deverá

- I- Encaminhar a criança ou adolescente para imediata inclusão no Programa Municipal de Atendimento Dependentes Químicos;
- II- Solicitar Estudo Social e Avaliação Psicológica, do mesmo programa, os quais deverão ser juntados aos autos em até 05 (cinco) dias.
- III – Intervir se for o caso, para a internação da criança ou adolescentes em clínica especializada;

Art. 49. Na hipótese de suspeita de pedofilia ou abuso sexual, além dos procedimentos previstos no artigo anterior, em especial imediato exame de corpo de delito, o Conselho Tutelar deverá:

- I- Encaminhar a criança ou adolescente para imediata inclusão no Programa Municipal de Atendimento à Vítimas de Violência;
- II- Solicitar Estudo Social e Avaliação Psicológica, do mesmo programa, os quais deverão ser juntados aos autos em até 05 (cinco) dias.

III- Expedir notificação ao suspeito de abuso, bem como aos pais ou responsáveis da criança, proibindo a entrada e permanência dos menores, desacompanhados, na residência do suposto infrator e, no caso de descumprimento, aplicando, de imediato, a infração administrativa prevista no artigo 249 do ECA aos pais e ao suposto abusador.

IV- Diligenciar junto à escola da criança ou adolescente se houve mudança de comportamento desta a partir do início do suposto abuso.

V- Conversar com vizinhos do suposto abusador, para que colaborem denunciando sempre que perceberem a entrada na residência deste, de crianças ou adolescentes desacompanhados;

VI- Cientificar informalmente o comandante da polícia militar e o Delegado de Polícia, para eventual flagrante;

VII- Eventualmente abrigar a criança ou adolescente.

VIII- Manter especial cuidado com a preservação do sigilo, fazendo a mesma advertência a todos que tomarem conhecimento do fato.

IX- O procedimento Administrativo nesta hipótese deverá ser finalizado, obrigatoriamente, em 10 dias. Findo o prazo este será relatado e remetida cópia ao Ministério Público do Paraná e, havendo indícios de crime, requisitada a instauração de Inquérito Policial.

§ 1º. Havendo comprovação do abuso sexual o Conselho Tutelar abrigará de imediato a criança ou adolescente e encaminhará com urgência cópia dos autos à autoridade policial, o qual deverá ser instruído na forma do artigo 47, cientificando o Ministério Público para que este possa acompanhar as diligências policiais e representando ao Juízo pela aplicação da Medida Protetiva de Urgência que se fizer necessária, conforme artigo específico desta lei.

§ 2º. Incumbe ao Conselho Tutelar zelar, sob pena de falta funcional grave, para a efetiva e imediata realização do exame de corpo de delito, fazendo comunicação imediata ao Juízo de qualquer obstáculo nesse sentido.

Art. 50. Na hipótese do Conselho Tutelar tomar conhecimento de que alguma gestante pretende abortar ou entregar seu filho a outrem, além dos procedimentos previstos no artigo 47 desta lei deverá:

I- Encaminhar a gestante para imediata inclusão em Programa Municipal de Apoio;

II- Solicitar Estudo Social e Avaliação Psicológica, do mesmo programa, os quais deverão ser juntados aos autos em até 05 (cinco) dias.

III- Orientar a gestante que aborto é crime, desestimulando esta escolha;

IV- Propor auxílio e suporte do Poder Público para que a gestante venha a permanecer com a criança ou com algum parente próximo para preservar o vínculo familiar;

V- Orientar a gestante que não sendo possível a manutenção do vínculo familiar, a criança poderá ser encaminhada para a adoção legal, através da Vara da Infância e da Juventude;

§1º. Em qualquer hipótese o Conselho Tutelar acompanhará a gestante, mensalmente, nas consultas do pré-natal, inclusive no parto, bem como nas consultas de atendimento psicológico durante a gestação.

§ 2º. Na hipótese do Conselho Tutelar aferir que a gestante não pretende o vínculo familiar, além de proceder na forma descrita neste artigo, zelar para que logo após o nascimento seja feita a Certidão correspondente, encaminhando-se, imediatamente, a criança e a genitora a Juízo para oitiva sobre eventual renúncia ao poder familiar.

§ 3º. Caso o Conselho Tutelar descubra que a gestante praticou o aborto informará de imediato à autoridade policial para instauração de Inquérito Policial, remetendo cópia de todo o procedimento.

§ 4º. Ao final do procedimento será dada ciência pessoal ao Ministério Público, encaminhando-se os autos, sendo posteriormente devolvidos ao Conselho Tutelar para arquivamento.

Art. 51. No caso de criança ou adolescentes fora da rede escolar, além dos procedimentos previstos no artigo 47 desta lei, o Conselho Tutelar determinará aos pais ou responsáveis advertência por escrito de imediata matrícula e freqüência escolar, sob pena de:

- a) Representar criminalmente à autoridade policial pelo crime previsto no artigo 246 do Código Penal, com ciência ao Ministério Público do Paraná;
- b) Responderem pela infração ao artigo 249 do ECA;
- c) Comunicação ao Executivo Municipal para fins de eventuais reflexos em benefícios assistenciais que tenham como contrapartida a freqüência escolar;
- d) Aferir, junto à escola respectiva, se está sendo observado o disposto no artigo 51 desta lei.

§ 1º. Trinta dias depois da aplicação da advertência e novamente após 60 dias, o Conselho Tutelar aferirá se houve o cumprimento da determinação, aplicando, se for o caso as medidas previstas nas alíneas anteriores.

Art. 52. As Escolas Públicas Municipais, no prazo de 90 dias da vigência desta lei, organizarão mecanismo de controle que identifique com rapidez e eficiência a falta do aluno, efetuando a imediata comunicação aos pais ou responsáveis. A escola também deverá providenciar a imediata localização do aluno faltante, responsabilizando os pais e contando com o apoio do Conselho Tutelar, muito embora deva dispor de pessoal específico para a tarefa.

Art. 53. Constatada grave omissão ou abuso dos responsáveis por criança ou adolescente, como nas hipóteses de dependência química dos pais, abandono material, prática de violência familiar ou abuso sexual contra criança ou adolescente, o Conselho Tutelar poderá requerer ao juiz as seguintes Medidas Protetivas de Urgência, entre outras:

- I - Representação pela busca e apreensão de crianças ou adolescentes que se evadiram;

II - Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência do agressor ou dependente químico;

III - Proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) Aproximação ou contato, por qualquer meio, da criança ou adolescente, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

c) Proibição de freqüentar de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da criança ou adolescente;

IV - restrição ou suspensão do poder familiar e de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º. A representação solicitando a aplicação de Medida Protetiva de Urgência deverá vir acompanhada da Certidão de Nascimento da Criança, qualificação dos pais ou responsável e um suporte probatório mínimo da violência, abuso ou omissão e justificativas que indiquem a necessidade da medida.

§ 2º . Concedidas ou não Medidas Protetiva de Urgência pelo Juízo, o Conselho Tutelar adotará o procedimento previsto no artigo 47 desta lei, fazendo remessa, ao final, de cópia ao Ministério Público do Paraná.

Art. 54. O Conselho Tutelar encaminhará ao Ministério Público cópia autenticada dos autos de procedimento, observado o artigo 47, nas seguintes hipóteses:

I- Nos autos de Infração Administrativa não paga pelo infrator;

II- Nos autos de descumprimento de determinações do Conselho Tutelar, que permanecerem descumpridas, mesmo após a autuação pela infração administrativa ao artigo 249 do ECA;

III- Nas representações fundamentadas do Conselho Tutelar para mudança de guarda, suspensão, destituição do poder familiar ou renúncia ao poder familiar (para adoção).

IV- Sempre que durante o procedimento for aplicada medida de abrigo;

V- Em procedimentos nos quais foi solicitada ao Juízo a aplicação de Medidas Protetivas de Urgência;

VI- Quando a criança ou adolescente for vítima de crime ou dependência química;

VII- Será remetido ao Ministério Público o procedimento instaurado pelo Conselho Tutelar no caso de restarem infrutíferas as medidas aplicadas após 90 dias de sua atuação, comprovando, neste caso, mediante relatório fundamentado a adoção de todas as medidas que lhe cabiam adotar na esfera administrativa, inclusive a regularidade formal do procedimento nos termos do artigo 47;

VIII- Também será remetido cópia do procedimento na hipótese de ser necessária a aplicação de alguma medida judicial fora do alcance do poder de requisição do Conselho Tutelar.

Art. 55. Na hipótese do Conselho Tutelar atender situação de risco que envolva disputa por guarda ou direito de visitas, além do procedimento previsto no artigo 47, observará se existe decisão judicial a respeito, zelando, nesse caso, para seu fiel cumprimento, alertando as partes em conflito do eventual delito de desobediência da ordem judicial e notificando o Juízo, caso persista o descumprimento.

§ 1º. Caso não haja decisão judicial ou as partes pretendam sua revisão o Conselho Tutelar orientará os interessados que deverão buscar a regulamentação em Juízo através de advogado, ou, sendo carentes, Defensoria Pública ou Ministério Público do Paraná.

§ 2º. Na hipótese de encaminhamento de pessoas carentes à Defensoria ou ao Ministério Público do Paraná, objetivando regularizar guarda ou visitas, o Conselho Tutelar remeterá cópia do procedimento devidamente instruído nos termos do artigo 47, munido com Estudo Social com parecer conclusivo sobre a guarda. Neste caso o Estudo Social será solicitado ao titular da Ação Social, com fundamento neste artigo e mencionando o número do procedimento, devendo ser realizado em até 10 (dez) dias.

Art. 56. Todo Procedimento não concluído deverá ser reavaliado de 30 em 30 dias, mediante a elaboração de relatório das medidas aplicadas e das novas diligências e encaminhamentos realizados, aferindo, ainda, da causa da persistência da situação de risco.

Art. 57. O Conselho Tutelar somente permitirá a consulta dos autos e peças de informação ao Ministério Público, Poder Judiciário, Autoridade Policial e às entidades integrantes da Rede de Proteção e Atendimento, sendo vedada sua consulta pelas partes sob investigação bem como a terceiros, objetivando assegurar o sigilo necessário à elucidação do fato e exigido pelo interesse de preservar a intimidade da família e das crianças ou adolescentes sob proteção.

Art. 58. O Procedimento Administrativo será concluído com relatório consignando que cessou a situação de risco a que estava exposta criança ou adolescente.

Art. 59. O Procedimento Administrativo deverá ser arquivado, quando concluído, no próprio Conselho Tutelar pelo prazo de cinco anos. Depois desse prazo será encaminhado ao Departamento de Assistência Social do Município, para arquivamento definitivo, vedada sua destruição ou incineração.

Parágrafo Único. Sempre que forem solicitados documentos e informações contidas no Procedimento Administrativo, seja pela autoridade judiciária, Ministério Público ou autoridade policial, o Conselho Tutelar extrairá cópia certificando em seu verso que confere com o original.

Art. 60. As decisões de abrigamento devem ser colegiadas (mínimo de três membros) e obrigatoriamente reduzidas a escrito e fundamentadas nos autos do procedimento, observando-se o disposto no artigo 47 desta lei, o qual deverá ser instruído, ainda, com Estudo Social e Psicológico, requisitado ao titular da Ação Social ou ao Programa Municipal em que for inserida a criança ou adolescente, conforme o caso.

§ 1º. Em até 10 (dez) dias após o abrigo, o Conselho Tutelar poderá efetuar o desabrigo, sem ordem judicial, desde que cessada a situação de risco, com entrega da criança ou adolescente ao responsável legal, mediante termo, comunicando ao Poder Judiciário, em 24 horas.

§ 2º. A decisão de desabrigo também será colegiada.

§ 3º. Ultrapassado o período de 10 (dez) dias de abrigo, a saída da criança ou adolescente depende de ordem judicial.

§ 4º. O abrigo é medida excepcional e temporária e está sujeito sempre à homologação judicial.

Art. 61. Sempre que o Conselho Tutelar verificar violação ou descumprimento dos direitos de crianças ou adolescentes fará determinação administrativa por escrito ao responsável pelo descumprimento.

§1º. A determinação deve ser, obrigatoriamente, uma decisão colegiada do Conselho Tutelar e deve vir fundamentada com o artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente ou da presente lei que está sendo violado, tendo caráter informativo e educativo, concedendo-se o prazo para a regularização da situação.

§ 2º. Se a determinação não for cumprida, o Conselho Tutelar autuará o responsável por infração administrativa ao artigo 249 do ECA, adotando-se o procedimento previsto para as infrações administrativas, conforme título próprio desta lei.

§ 3º. O mesmo procedimento deverá ser adotado no caso de exercício do poder de requisição do Conselho Tutelar.

§ 4º. Se o membro do Conselho Tutelar for desacomodado no exercício de suas atribuições, seu presidente encaminhará de imediato, representação ao Ministério Público do Paraná, devidamente instruído com prova do fato.

SEÇÃO V

DO PROCEDIMENTO NAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 62. Sempre que houver o descumprimento injustificado de suas determinações, no regular exercício de sua competência, o Conselho Tutelar autuará o infrator nos termos do artigo 249 do ECA, observando o procedimento descrito neste título.

Art. 63. O Conselheiro Tutelar que flagrar Infração Administrativa ao Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme previsto em seus artigos 245 a 258, lavrará de imediato Auto de Infração, detalhando o fato, juntando documentos e arrolando eventuais testemunhas, notificando o infrator para apresentar defesa, em querendo, no prazo de 10 (dez) dias, ao Presidente do Conselho Tutelar.

§ 1º. Não havendo a apresentação de defesa, ou sendo esta julgada insuficiente pelo colegiado do Conselho Tutelar (mínimo de três membros), no prazo de até 10 (dez) dias seu Presidente expedirá notificação de aplicação da penalidade, a qual, no campo administrativo corresponderá ao mínimo legal.

§ 2º. O Presidente do Conselho Tutelar poderá, mediante requerimento do interessado, parcelar em até cinco vezes a penalidade aplicada.

§ 3º. O Conselho Tutelar concederá o prazo de 30 dias para que o infrator comprove o recolhimento da multa ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, apresentando comprovante de depósito devidamente autenticado, vedado à utilização de comprovante mediante depósito por envelope bancário.

§ 4º. Toda notificação de aplicação de penalidade deverá ser comunicada ao presidente do CMDCA no prazo de 10 (dez) dias.

§ 5º. Caso não haja o pagamento da multa no prazo legal, o CT remeterá o procedimento ao Ministério Público, no prazo de 10 dias contados de seu vencimento, para cobrança judicial, instruído com os documentos necessários à sua comprovação.

§ 6º. Modelo de Auto de Infração, bem como de Notificação de Aplicação de Penalidade serão regulamentados pelo CMDCA no prazo de 30 dias da publicação desta lei. Constarão, entre outros, informações sobre o número da conta do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CNPJ,

qualificação completa do infrator, dia e hora da ocorrência, documentos e eventuais testemunhas do fato e assinatura.

SEÇÃO VI

DO ATO INFRACIONAL

Art. 64. O Conselho Tutelar zelará para que o adolescente em conflito com a lei tenha observado durante todo o procedimento policial, o devido processo legal, com o efetivo respeito à sua condição de sujeito de direitos, sua incolumidade física e psíquica.

Art. 65. Sempre que o Conselho Tutelar tomar conhecimento da ocorrência de Ato Infracional instaurará Procedimento para acompanhar a Apuração de Ato Infracional, descrevendo sucintamente o fato e zelando para a sua devida formalização e rápida apuração perante a autoridade policial, à qual compete a investigação.

Art. 66. É obrigatória a presença de Conselheiro Tutelar na oitiva de criança ou adolescente perante a autoridade policial, bem como de seus pais ou responsáveis.

Art. 67. O Conselheiro tutelar que encontre obstáculo à sua atuação ou que constate omissão, abuso ou ilegalidade na atuação policial comunicará de imediato ao Ministério Público, por escrito, relatando a circunstância.

Art. 68. Após a oitiva policial da criança ou adolescente em conflito com a lei o Conselho Tutelar encaminhará a criança ou adolescente à equipe multidisciplinar de apoio integrante dos quadros da Ação Social, para a realização de Estudo Social e Psicológico, a ser realizado em até 05 dias da oitiva policial, ou imediatamente se o adolescente estiver apreendido.

Art. 69. Realizada a avaliação pela equipe multidisciplinar, o Conselho Tutelar juntará tais documentos no Procedimento, bem como cópia do Histórico Escolar e encaminhará imediatamente cópia dos Autos ao Ministério Público, agendando com este e a família do adolescente sua oitiva informal pelo Promotor de Justiça, auxiliando na identificação da melhor medida a ser aplicada.

Art. 70. O Conselho Tutelar também zelará para que haja a devida formalização de procedimento criminal na Delegacia de Polícia toda vez que criança ou adolescente seja vítima de crime, independentemente de iniciativa dos pais ou responsáveis e de que seja observado pela autoridade policial a **Resolução nº 249/05-SESP ou outra que lhe vier a suceder, que** determina a aposição, em todos os procedimentos investigatórios relativos a crimes praticados contra criança ou adolescente, de uma tarja com os dizeres “Criança e Adolescente – Prioridade Absoluta”, estabelecendo, em relação aos mesmos, tramitação preferencial e prioritária em relação a todos os demais procedimentos, com preferência, portanto, na realização de diligências, elaboração de laudos periciais, etc.

Parágrafo Único. O Conselho Tutelar remeterá cópia do ofício ao Ministério Público para ciência do Inquérito Policial.

CAPÍTULO VI

PROGRAMA DE ATENDIMENTO PARA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE MEIO ABERTO - PAEMMA

Art. 71. O Município buscará sua integração ao Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE), instituindo o Programa de Atendimento para Execução das Medidas de Meio Aberto – PAEMMA - criando condições para a efetiva aplicação e controle das medidas sócio educativas de Advertência, Obrigação de Reparar o Dano, Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida, sem

prejuízo de outras medidas de proteção que se fizerem necessárias, aplicadas pelo Juízo, observado o sigilo profissional de sua atuação.

Parágrafo Único. O Sinase é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida sócio-educativa.

Art. 72. O Programa de Atendimento para Execução das medidas de Meio Aberto (PAEMMA), deverá observar os seguintes requisitos:

- I – ter sede própria, com garantia de espaço físico adequado;
- II – contar com equipe técnica multidisciplinar qualificada, composta, necessariamente por um psicólogo, um assistente social e um pedagogo, contratados mediante concurso público para a função;
- III - acompanhamento, encaminhamento e orientação às famílias e aos adolescentes com medidas sócio-educativas

§1º. O PAEMMA será criado em até 90 (noventa) dias da publicação desta lei, terá diretor nomeado pelo CMDCA para mandato de 03 anos, podendo ser reconduzido.

§ 2º. Incumbe ao Poder Executivo Municipal ceder a estrutura material e pessoal necessária ao seu adequado funcionamento, inclusive veículo, arquivo, computador, impressora, fax e telefone ou ramal próprio.

§ 3º. Na estrutura de pessoal do programa haverá um Diretor, orientadores dos adolescentes, além da equipe multidisciplinar, sem prejuízo de outros servidores que se fizerem necessários.

§ 4º. Para a aplicação das medidas o Programa poderá firmar convênios com outras entidades públicas ou manter estrutura própria, zelando, em qualquer caso, pelo efetivo respeito, aos princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 5º. As medidas de Meio Aberto aplicadas pela autoridade judiciária serão encaminhadas para o Diretor do PAEMMA, acompanhadas de cópia da Certidão de Nascimento do Adolescente, da Sentença que determinou a medida e do Histórico Escolar.

§ 6. O Diretor do PAEMMA, mandará autuar as peças recebidas em um único procedimento administrativo de execução (PAE), devidamente numerado, designando orientador ao adolescente e determinando, de imediato, a realização de Estudo Social e Psicológico a ser juntado aos autos de execução.

§ 7º. Tendo sido juntado o Estudo Social e Psicológico, o Diretor do programa designará Audiência Admonitória com o adolescente e seus responsáveis, com a presença do orientador do adolescente, estabelecendo os deveres que serão exigidos no período, entre os quais a adequada conduta pessoal, familiar, escolar e social, inclusive horários de se recolher à residência e esclarecendo a forma de cumprimento da medida judicial.

§ 8º. Sendo aplicada a medida de prestação de serviços à comunidade, na Audiência Admonitória o Diretor do Programa cientificará o adolescente da entidade na qual deverá prestar os serviços e das condições do seu exercício, privilegiando-se atividades pedagógicas e profissionalizantes.

§ 9º. Semanalmente, o orientador designado deverá aferir da regularidade do cumprimento da medida imposta. Incumbe ao diretor receber notícia de descumprimento das obrigações fazendo juntada aos autos de execução no prazo de 48 horas, designando, de imediato, data para audiência de justificação e advertência do adolescente e seus responsáveis, com o acompanhamento do orientador e da psicóloga.

§10. Nesta audiência de justificação se objetivará auxiliar o adolescente no cumprimento da medida, alterando, se for o caso, o local de cumprimento.

§11. Incumbe ao Diretor representar ao Ministério Público, com remessa de cópia dos autos do procedimento administrativo de execução (PAE), parecer pela revisão da medida aplicada, tendo em vista o descumprimento reiterado e injustificado das medidas aplicadas ao adolescente.

§ 12. Findo o prazo da medida, sem revogação, o diretor encaminhará certidão à Vara da Infância e da Juventude, atestado o cumprimento integral da medida aplicada, arquivando os autos do PAE no programa, por cinco anos. Depois deste prazo o PAE será encaminhado ao Departamento de Assistência Social do Município, para arquivamento definitivo, vedada a destruição ou incineração.

Art. 73. O programa poderá ser implementado mediante convênio intermunicipal, no qual se detalhará as atribuições de cada Município.

Art. 74. Incumbe ao orientador do adolescente, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação pessoal semanal;

II - supervisionar semanalmente a conduta pessoal, familiar, escolar (inclusive no que tange à freqüência e o aproveitamento) e social do adolescente, aferindo de seus hábitos e horários;

III - Comunicar de imediato, por escrito, ao Diretor do Programa, qualquer descumprimento dos deveres impostos ao adolescente;

IV- Apresentar relatório mensal do caso, detalhando a conduta pessoal, familiar, escolar e social do adolescente no período, fazendo qualquer observação que julgar pertinente.

Art. 75. O PAEMMA organizará Relatório mensal de suas Atividades, especificando a natureza e o número de atendimentos, objetivando subsidiar as políticas públicas na área da infância e juventude, encaminhando à Comissão de Dados do CMDCA.

Art. 76. O PAEMMA deverá ser registrado no CMDCA, nos termos do artigo 90, Parágrafo Único do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO VII

PROGRAMA MUNICIPAL DE ORIENTAÇÃO E TRATAMENTO DE DEPENDENTES QUÍMICOS

Art. 77. No prazo de até 02 (dois) anos da vigência da presente lei será instituído um Programa Municipal de Orientação e Tratamento Ambulatorial de Adolescentes Dependentes Químicos e seus Familiares, estruturado em parceria entre os setores de Assistência Social, Saúde, Educação, Esporte e Cultura.

Art. 78. O Programa deverá contar com equipe profissional mínima de Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo ou Sociólogo e acompanhamento de médico e enfermeiro. A atuação será individual e grupal, com ações de inclusão social, psicoterapia e reestruturação sócio-familiar.

Parágrafo Único. O programa deverá incluir, de imediato, criança ou adolescente encaminhada pelo Conselho Tutelar, realizando Estudo Social e Avaliação Psicológica, quando requisitados, os quais deverão ser realizados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, entregando cópia ao presidente do Conselho Tutelar mediante ofício, para ser juntado no procedimento em andamento naquele órgão.

Art. 79. O programa pode obter parceria com ONG'S ou outros municípios e deve conter espaço físico condizente e em condições de segurança e privacidade aos adolescentes, contando com acomodação para as oficinas terapêuticas e de intervenções profissionais (psicólogo, assistente social/sala de atendimento grupal e de individual).

Parágrafo Único. Na hipótese de ser necessária a internação hospitalar deverá ser acionada a esfera estadual.

Art. 80. O programa subsidiará a definição das políticas públicas na área da infância e juventude do Município fornecendo informações à Comissão de Dados do CMDCA, na forma de um Relatório Mensal de suas Atividades, conforme modelo organizado por aquela comissão.

CAPÍTULO VIII

PROGRAMA MUNICIPAL PARA VÍTIMAS DE ABUSO OU VIOLÊNCIA

Art. 81. O Município, no prazo de até 02 (dois) anos da vigência desta lei, criará um programa municipal de cobertura e atendimento psicossocial a adolescentes em situação de risco pessoal ou social que sejam vítimas de violência ou abuso. Em caráter excepcional o programa poderá atender crianças de ambos os sexos.

§ 1º. O programa deve assegurar o desenvolvimento de ações, em interface das políticas públicas e serviços de resgate e garantia dos direitos das adolescentes, do acesso aos serviços de assistência social, saúde, educação, justiça e segurança, esporte, lazer e cultura, gerando compromisso ético, político e a multidisciplinaridade das ações.

§ 2º. O programa compõe-se de ações sócio educativas e psicoterapias grupais, de prevenção e resgate social, superação de traumas e, reconstrução da convivência familiar e comunitária, fortalecimento de vínculos, inclusões sociais e encaminhamentos a outros serviços da Rede de Proteção e Defesa.

§ 3º. O programa deve contar com estrutura própria, condizente para suas atividades, com salas de atendimento individual e grupal e espaços para a execução das oficinas, contando, ainda, com equipe multidisciplinar composta por psicóloga, assistente social e monitor das oficinas.

§ 4º. O programa deverá incluir, de imediato, criança ou adolescente encaminhada pelo Conselho Tutelar, realizando Estudo Social e Avaliação Psicológica, quando requisitados, os quais deverão ser realizados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, entregando cópia ao presidente do Conselho Tutelar mediante ofício, para ser juntado no procedimento em andamento naquele órgão.

Art. 82. O programa poderá ser implementado mediante convênio intermunicipal, no qual se detalhará as atribuições de cada Município.

Art. 83. O programa subsidiará a definição das políticas públicas na área da infância e juventude do Município elaborando e fornecendo informações à Comissão de Dados do CMDCA, na forma de um Relatório Mensal de suas Atividades, conforme modelo organizado por aquela comissão;

CAPÍTULO IX

DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES

Art. 84. O Município implantará Cursos profissionalizantes para adolescentes realizando parcerias com universidades, SESI, SESC, SENAI, SENAC, CIEE, SENAR, bem como cursos pré-vestibulares

Art. 85. O programa subsidiará a definição das políticas públicas na área da infância e juventude do Município elaborando e fornecendo informações à Comissão de Dados do CMDCA, na forma de um Relatório Mensal de suas Atividades, conforme modelo organizado por aquela comissão;

CAPÍTULO X

PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE RISCO

Art. 86. O Programa Municipal de Auxílio à Família da Criança e Adolescente manterá projetos e serviços voltados ao atendimento integral das famílias de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, articulando as ações das políticas setoriais e que gerem trabalho e renda, atendendo as demandas rurais e urbanas.

§ 1º. O Programa contará com sede própria, equipe multidisciplinar contratada através de concurso público e estrutura mínima de funcionamento com veículo próprio, computador, impressora, telefones fixos e celulares, arquivos e demais bens necessários.

§ 2º. Serão mantidos programas e projetos de esporte, lazer, cultura, prevenção ao uso e abuso de drogas, sexualidade, gravidez na adolescência, prevenção a DST e aids, meio ambiente, relações intergeracionais, convivência sócio-familiar, responsabilidade familiar como proteção, guarda e educação voltados à criança e ao adolescente, buscando intersectorialidade com as demais políticas sociais

§ 3º. O Programa poderá prestar auxílio material e financeiro à família.

§ 4º. O programa buscará, ainda, manter programas de erradicação do analfabetismo, noções de higiene e profissionalização para as famílias sob proteção.

§ 5º. O programa deverá incluir, de imediato, criança ou adolescente ou gestante encaminhada pelo Conselho Tutelar, realizando Estudo Social e Avaliação Psicológica, quando requisitados, os quais deverão ser realizados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, entregando cópia ao presidente do Conselho Tutelar mediante ofício, para ser juntado no procedimento em andamento naquele órgão.

Art. 87. O programa poderá ser implementado mediante convênio intermunicipal, no qual se detalhará as atribuições de cada Município.

Art. 88. O programa subsidiará a definição das políticas públicas na área da infância e juventude do Município elaborando e fornecendo informações à Comissão de Dados do CMDCA, na forma de um Relatório Mensal de suas Atividades, conforme modelo organizado por aquela comissão;

CAPÍTULO XI

ATRIBUIÇÕES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS VINCULADAS À REDE DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO

Art. 89. O Poder Executivo Municipal incluirá na Lei Orçamentária Anual previsão de repasse ao FMDCA dos créditos necessários ao custeio das entidades integrantes da Rede de Proteção e Atendimento, bem como às Políticas de Proteção estabelecidas pelo CMDCA.

§ 1º. Também serão incluídos na Lei Orçamentária a previsão para o pagamento das despesas de pessoal do Conselho Tutelar e Casal Social, inclusive a dos suplentes para atender as férias regulamentares e eventuais licenças dos titulares.

§ 2º. Em razão do princípio de Prioridade Absoluta dos direitos das crianças e adolescentes é obrigatório a efetiva aplicação e repasse ao FMDCA dos recursos previstos na Lei Orçamentária.

Art. 90. São deveres das autoridades titulares das Secretarias Municipais, bem como dos servidores integrantes de seu quadro em relação à Rede de Proteção e Atendimento:

- a) Preservar o sigilo profissional das informações recebidas dentro da Rede de Proteção e Atendimento;
- b) Aplicar as Políticas de atendimento formuladas pelo CMDCA;
- c) Fornecer a estrutura de pessoal e material e de serviços necessários ao adequado funcionamento das entidades integrantes da Rede de Proteção e Atendimento, conforme requisições do plenário do CMDCA.
- d) Atender as requisições do Conselho Tutelar e do CMDCA, no exercício de suas atribuições conforme previsto em lei.
- e) Responder aos ofícios do CMDCA, no exercício de suas atribuições, no prazo de 15 dias, subsidiando, em especial, a Comissão de Dados, enviando relatório mensal de suas atividades na área da infância e juventude, objetivando um diagnóstico da situação da Infância e da Juventude no Município.

§ 1º. Na hipótese de não ser possível atender a requisição do Conselho Tutelar ou do próprio CMDCA, a autoridade titular da Secretaria Municipal respectiva

apresentará justificativa fundamentada ao presidente CMDCA no prazo de 05 dias. Recebendo a justificativa a Comissão de Coordenação do CMDCA, se entender que não é satisfatória encaminhará todos os documentos ao Ministério Público, no prazo de 10 dias.

§ 2º. Sempre que houver divergência na execução de medidas entre o Conselho Tutelar e outra entidade integrante da Rede de Proteção e Atendimento a controvérsia será dirimida pela Comissão de Coordenação do CMDCA, por provocação do interessado.

§ 3º. O Estudo Social ou Avaliação Psicológica requeridos pelo Conselho Tutelar, nas hipóteses previstas nesta lei, serão realizados, preferencialmente pelo profissional técnico afeto ao programa municipal na qual for incluída a criança ou adolescente, ou, na sua falta, pelos profissionais atuantes na Ação Social, por determinação do titular da pasta. O Estudo Social e a Avaliação Psicológica deverão ser realizados, impreterivelmente em até 10 dias, com prioridade sobre outros atendimentos.

§ 4º. O Estudo Social e a Avaliação Psicológica de criança ou adolescente em conflito com a lei (ato infracional) requisitados pelo Conselho Tutelar serão realizados por profissionais integrantes do quadro da Ação Social, de imediato, para instruírem a oitiva perante o Ministério Público.

Art. 91. Incumbe ao Poder Executivo Municipal, conceder Alvará para a realização de eventos públicos, com a participação de crianças ou adolescentes, nos moldes referidos em capítulo próprio desta lei.

CAPÍTULO XII

DA CASA LAR, DO CASAL SOCIAL E DO ABRIGO EM FAMÍLIA

Art. 92. A Casa Lar objetiva criar um ambiente familiar saudável para o abrigo de até 12 (doze) Crianças, de ambos os sexos, bem como de adolescentes do sexo feminino em situação de risco.

§ 1º. O abrigo somente poderá ser feito por solicitação de membro do Conselho Tutelar, ou por requisição da autoridade judiciária desta Comarca de Chopinzinho, sendo vedado por meio de qualquer outra autoridade pública.

§ 2º. O Conselho Tutelar entregará a criança ou adolescente ao Casal Social, mediante recibo, cujo modelo será aprovado pelo CMDCA.

§ 3º. É vedado o abrigo na Casa Lar de criança ou adolescente de passagem no Município, bem como de adolescentes do sexo masculino, como forma de prevenir que a sexualidade inerente à idade possa colocar em risco os demais abrigados.

§ 4º. A limitação do número máximo de crianças e adolescentes objetiva manter o ambiente familiar, evitando que a Casa Lar se torne mero depósito de crianças.

§ 5º. O abrigo de criança ou adolescente fora das condições estabelecidas no caput depende de prévia ordem judicial.

Art. 93. Toda criança ao ser abrigada e desabrigada deverá ser pesada, medida e fotografada, devendo ser registrada sua entrada e saída em Ficha própria, acompanhada de sua Certidão de Nascimento, na qual serão registradas todas as intercorrências a seu respeito, inclusive visitas, consultas médicas (mantendo ficha própria), exames, etc.

§ 1º. Compete ao pai social fazer os atos e registros necessários previstos neste artigo.

§ 2º. Incumbe ao Poder Executivo Municipal diligenciar para que exista na Casa Lar a estrutura necessária ao cumprimento do disposto neste Capítulo, no prazo de até 60 (sessenta dias) da publicação desta lei, especialmente a aquisição de balanças biométricas (para bebês e para crianças e adolescentes).

Art. 94. Para fazer frente à eventual falta de vagas, ou para o abrigamento de adolescentes do sexo masculino o CMDC deverá manter Cadastro de Famílias interessadas em colaborar através de Abrigo em Família ou realizar convênio com outros municípios.

§ 1º. O Cadastro destas famílias deverá ser enviado pelo CMDCA à Vara da Infância e da Juventude, para a devida homologação judicial.

§ 2º. O Conselho Tutelar poderá se utilizar do Abrigo em Família, sem autorização judicial, mas sujeito a sua homologação, desde que a família conste de Cadastro Homologado pela autoridade judiciária.

§ 3º. Para o Abrigo em Família o CMDCA concederá até meio-salário mínimo mensal por Criança ou Adolescente, salvo se a família em questão renunciar ao recebimento.

§ 4º. O Abrigo em Família será regulamentado no Regimento Interno do CMDCA.

Art. 95. A Casa Lar é administrada por um Pai Social e uma Mãe Social, que formem um casal regularmente constituído há mais de 05 anos, residindo no local e desempenhando as funções de Pai e Mãe dos abrigados, objetivando criar e manter um ambiente familiar, para o sadio desenvolvimento reproduzindo, na medida do possível uma família natural.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Ação Social designará equipe técnica de apoio, destinada ao suporte necessário ao funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal, mediante requisição do CMDCA.

Art. 96. O Pai Social e a Mãe Social são cargos em comissão, ambos remunerados, com dedicação exclusiva, sendo nomeados pelo Prefeito Municipal, entre os casais indicados pelo CMDCA.

Art. 97. Ao Pai Social, no horário comercial, poderá realizar outras funções desde que compatíveis com as finalidades desta lei, mediante designação da Comissão de Coordenação do CMDCA, prestando contas a este de suas atividades.

§ 1º. Fora do horário comercial, o Pai e a Mãe Social deverão permanecer na Casa Lar, permitindo-se, contudo, a realização de atividades particulares externas breves, desde que não sejam remuneradas e não prejudiquem o trabalho na Casa Lar.

Art. 98. O Casal Social deverá comunicar semanalmente o CMDCA e ao Ministério Público o Rol de crianças e adolescentes abrigados, bem como, comunicar mensalmente ao CMDCA e ao Ministério Público o Rol de crianças e adolescentes abrigados há mais de 06 meses.

Art. 99. O Casal Social presta conta de suas ações ao Presidente da Comissão de Coordenação do CMDCA, vedada a ingerência de outros órgãos da Rede de Proteção, inclusive Poder Público.

Art. 100. Incumbe à Comissão de Coordenação do CMDCA elaborar o Regimento Interno da Casa Lar, definindo seu funcionamento, bem como dias e horários de visitas de familiares das crianças.

§ 1º. É vedado o ingresso ou permanência na Casa Lar de pessoas não autorizadas pelo Regimento Interno ou fora dos horários pré-determinados.

§ 2º. O Casal Social poderá proibir a entrada ou permanência de pessoa que esteja subvertendo a ordem da casa ou o bem estar das crianças, comunicando tal fato, de imediato à Comissão de Coordenação do CMDCA, a qual dará ciência ao Conselho Tutelar para que este tome as providências que entender cabíveis, inclusive representação ao Juízo pela suspensão das visitas.

§ 3º. Observado o disposto nos parágrafos anteriores a criança ou adolescente abrigado tem direito à visita de familiares, independentemente de ordem judicial, exceto se houver proibição específica do Juízo.

Art. 101. O Casal Social deve zelar pela educação das crianças e adolescentes abrigadas, acompanhando seu desempenho escolar individualmente, bem como proporcionando-lhes o gozo de todos os seus direitos fundamentais para seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Parágrafo Único. Será respeitada a orientação religiosa dos abrigados, zelando para seu efetivo exercício de culto, todavia o casal social poderá se fazer acompanhar de abrigados em seus cultos, desde que estes não tenham definição de orientação religiosa.

Art. 102. O Casal Social deverá zelar para que nenhuma criança ou adolescente abrigado seja objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão, assegurando-lhes a plenitude de seus direitos arrolados no art. 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 103. Na Casa Lar deverá ser criada biblioteca, brinquedoteca, bem como aplicados programas e projetos para o desenvolvimento artístico, esportivo e recreativo das crianças e adolescentes abrigados.

Parágrafo Único. As disposições deste artigo deverão ser efetivas em até 60 (sessenta) dias da publicação desta lei.

Art. 104. A criança ou adolescente abrigado deverá ser assegurado, na medida do possível, o desenvolvimento de uma vida normal, podendo ser autorizado pelo Casal Social a realizar atividades externas, inclusive passeios e visitas, inclusive a amigos da escola, exigindo-lhes a observância de horários e realização de pequenas tarefas e obrigações proporcionais à idade.

Parágrafo Único. Toda criança ou adolescente tem direito de receber visitas no horário pré determinado, ressalvadas as hipóteses de pessoas proibidas por ordem judicial, a qual deverá ser anotada na ficha da criança ou adolescente, com cópia do ofício do Juízo.

Art. 105. É obrigatória a criação de Programa de Profissionalização para os adolescentes abrigados na Casa Lar, sendo-lhes assegurada vaga até a conclusão do Curso, mesmo que seja desabrigado.

Art. 106. O CMDCA poderá firmar convênio com entidades públicas ou privadas para custeio da Casa Lar e Conselho Tutelar.

Art. 107. São deveres do Casal Social:

I - Preservar o sigilo profissional;

II - Acatar as Políticas formuladas pelo CMDCA;

III - Acatar as determinações da Comissão de Coordenação do CMDCA.

IV - Receber as crianças e adolescentes encaminhadas pelo Conselho Tutelar ou mediante ordem judicial.

V- Cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno da Casa Lar;

VI- Participar, obrigatoriamente, dos cursos de aperfeiçoamento organizados pelo CMDCA quando for convocado.

Art. 108. O Pai social subsidiará a definição das políticas públicas na área da infância e juventude do Município elaborando e fornecendo informações à Comissão de Dados do CMDCA, na forma de um Relatório Mensal de suas Atividades, conforme modelo organizado por aquela comissão;

CAPÍTULO XIII

DA CASA DE CUSTÓDIA

Art. 109. Deverá ser criada a Casa de Custódia para fim de permitir a aplicação Judicial da medida sócio-educativa de internação Provisória pela prática de Ato Infracional, assegurado ambiente que respeite a condição peculiar de desenvolvimento do adolescente.

Art. 110. Ao adolescente internado na Casa de Custódia deverá ser assegurada a continuidade de sua educação, bem como a existência e aplicação de Política Específica de atendimento, conforme disposto nesta lei.

CAPÍTULO XIV

DOS EVENTOS PÚBLICOS COM A PRESENÇA DE CRIANÇAS OU ADOLESCENTES

Art. 111. Todo evento com livre acesso ao público realizado no Município, em local aberto ou fechado, tais como festas, bailes, formaturas, solenidades, feiras, inclusive parques infanto-juvenis e circos, etc, com ou sem a cobrança de ingresso ou finalidade de lucro, na qual haja a participação de crianças ou adolescentes dependerá de prévio Alvará da Prefeitura Municipal, observadas as disposições deste capítulo.

§ 1º. O Promotor do Evento, seja pessoa física ou jurídica, associação ou entidade beneficente ou religiosa, agremiação estudantil, ou outra, ainda que sem personalidade jurídica, será considerado responsável legal pelo evento para todos os fins, inclusive eventual multa, devendo ser devidamente identificado documentalmente.

§ 2º. Não se aplica o disposto neste artigo aos eventos promovidos por professores ou escolas, dentro da atividade escolar, nem às atividades promovidas pela Prefeitura Municipal.

Art. 112. O promotor de evento deverá solicitar Alvará junto à Prefeitura Municipal, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, especificando a data, local e horário do evento e duração, comprovando:

- a) Pagamento de taxa de fiscalização;
- b) Comprovar que obteve Alvará judicial, nas hipóteses do artigo 149 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

c) Comprovar que informou e atendeu às diretrizes do Conselho Tutelar, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil, juntando ofício encaminhado a cada um destes órgãos, com protocolo e condições impostas por eles no verso, a ser arquivado na Prefeitura Municipal.

§ 1º. O Conselho Tutelar, de acordo com a natureza do evento, poderá exigir do promotor do evento que indique pessoas, identificadas documentalmente, em número compatível em condições de efetivamente fiscalizar durante toda sua duração, para que seja observada Portaria Judicial sobre a entrada e permanência de crianças e adolescentes, bem como para que não haja a venda, nem o consumo de bebidas alcoólicas ou qualquer substância de uso proibido por crianças e adolescentes, bem como outras situações de risco que porventura estejam expostas as crianças ou adolescentes (tais como sexualidade precoce, brigas, etc).

§ 2º. A Polícia Militar poderá exigir do promotor do evento, de acordo com suas características, que indique pessoas, identificadas documentalmente, em número compatível com o tamanho do evento, em condições de fiscalizar durante todo o período de sua duração, a efetiva segurança dos presentes.

§ 3º. A Polícia Civil exigirá a relação completa dos seguranças indicados e poderá prestar orientações gerais de conduta ou fazer outras exigências, como estabelecer limites para a poluição sonora e sobre as condições para a utilização de fogos de artifício.

§ 4º. O Corpo de Bombeiros fará inspeção no local, aferindo de suas condições de segurança, lotação máxima, e outros requisitos que entender convenientes.

§ 5º. Os circos que utilizem animais deverão comprovar autorização do órgão ambiental competente atualizada anualmente e respeitar adequado tratamento a estes.

Art. 113. A realização de evento nos moldes deste capítulo, sem prévio alvará municipal ou em desacordo com as determinações nele estabelecidas, inclusive em relação ao horário de início e término do evento, constitui Infração

Administrativa sujeita às seguintes sanções, aplicadas isolada ou cumulativamente, além de obrigatória comunicação ao Juízo:

I – Advertência;

II - Imediata suspensão do evento;

III - Proibição da realização de novo evento pelo prazo de 01 (um) ano;

IV - Multa no montante de 01 (um) a 10 (dez) salários mínimos, observado o procedimento previsto no capítulo relativo à infrações administrativas, desta lei, sob a titularidade do Conselho Tutelar.

Parágrafo Único. A suspensão do evento poderá ser determinada por qualquer autoridade prevista neste capítulo e seu não atendimento poderá caracterizar delito de desobediência.

CAPÍTULO XV

DAS INFRAÇÕES FUNCIONAIS DOS MEMBROS DA REDE DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO, DO PROCESSO DISCIPLINAR E DAS PENALIDADES.

Art. 114. O Membro de entidade integrante da Rede de Proteção e Atendimento que descumprir dever ou atribuição prevista nesta lei estará sujeito às seguintes penalidades:

a) Infrações Leves: Advertência;

b) Infrações graves: Suspensão de suas atividades de 01 (um) a 30 (trinta) dias, sem remuneração;

c) Infrações Gravíssimas: Perda do Cargo.

Art. 115. Constitui infração grave o descumprimento das políticas de atendimento regularmente formuladas pelo CMDCA bem como a violação de sigilo de profissional, sujeitos às penas de suspensão ou, no caso de reincidência, Perda do Cargo.

Art. 116. As penalidades serão aplicadas por decisão do plenário do CMDCA, em procedimento dirigido por seu Presidente, devendo ser proporcionais à gravidade da infração, de acordo com suas circunstâncias específicas de cada caso.

Art. 117. Recebida notícia de fato específico que represente descumprimento dos deveres previstos nesta lei por membro de entidade integrante da Rede de Proteção e Atendimento, incumbe à Comissão Disciplinar do CMDCA sua apuração, devendo, no prazo de 10 dias promover o arquivamento ou oferecer representação ao pleno do CMDCA.

Art. 118. A Comissão Disciplinar somente poderá requerer o arquivamento através de petição fundamentada dirigida ao pleno do CMDCA, na qual demonstre que o fato narrado não constitui infração, ou no caso das provas colhidas demonstrarem a inexistência do fato.

Parágrafo Único. O arquivamento deverá ser homologado pelo pleno do CMDCA, em sessão especialmente convocada para tal fim, no prazo de até 10 dias, notificando-se o acusado.

Art. 119. Não sendo o caso de arquivamento, a Comissão Disciplinar oferecerá representação por escrito ao pleno do CMDCA, circunstanciando a falta disciplinar e seu autor, indicando provas e arrolando testemunhas.

Art. 120. Incumbe ao Presidente do CMDCA notificar o acusado, nomeando-lhe defensor entre os membros do CMDCA e convocando-o para audiência de Instrução, facultando-lhe a apresentação de defesa por escrito, no prazo de 05 dias, bem como a indicação de provas e testemunhas, as quais deverão ser apresentadas pelo próprio acusado.

Parágrafo Único. A notificação do acusado será realizada pessoalmente através de Carta com Aviso de Recebimento e com entrega de cópia da representação.

Art. 121. No dia designado para Audiência de Instrução o acusado será ouvido, bem como as testemunhas arroladas, primeiro as de acusação e depois as de Defesa, assegurando-se reperguntas pelo acusado, através de seu defensor nomeado ou constituído.

§ 1º. O Presidente do CMDCA presidirá a Audiência, indagando pessoalmente o acusado e as testemunhas.

§ 2º. As perguntas e reperguntas serão dirigidas ao Presidente.

§ 3º. O Presidente do CMDCA poderá solicitar a presença de Polícia Militar para a segurança da sessão, dispondo de poderes de esvaziar o salão se for exigido para a ordem dos trabalhos, inclusive o afastamento do próprio acusado, quando sua presença impedir ou prejudicar o regular andamento dos trabalhos.

§ 4º. O procedimento poderá seguir a revelia do acusado que regularmente notificado deixar de comparecer ou de apresentar defesa escrita.

§ 5º. Os atos processuais são acessíveis somente ao acusado, seu procurador, membros do CMDCA, autoridade judiciária e Ministério Público do Paraná.

§ 6º. O direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos é restrito ao acusado, seu procurador, autoridade judiciária e Ministério Público do Paraná.

Art. 122. O acusado tem o direito de não comparecer, podendo ser julgado à revelia, bem como de não responder as perguntas formuladas, sendo representado por seu Defensor nomeado, entre os membros do CMDCA, ou ainda ser acompanhado de advogado, o qual, contudo, não poderá responder em nome do acusado.

Art. 123. Encerrada a instrução o Presidente do CMDCA designará data para o julgamento, em prazo não superior a 05 dias, intimando-se o acusado e facultando-lhe sua presença na sessão, salvo revelia.

Parágrafo Único. O acusado ou seu defensor não poderão se manifestar no julgamento, sob pena de serem retirados do recinto.

Art. 124. No dia do julgamento o pleno do CMDCA se reunirá, com quorum mínimo de 2/3 de seus membros e decidirá, por maioria simples de votos pela condenação ou absolvição, em voto aberto e fundamentado de seus membros.

Art. 125. Decidindo pela condenação, será realizada nova votação aberta, por maioria simples para definir se a infração é leve, grave ou gravíssima, aplicando as penas previstas nesta lei (Advertência, Suspensão não remunerada ou Perda do Cargo).

Art. 126. Sendo considerada grave a infração, incumbe ao Presidente e ao Vice-Presidente do CMDCA a graduação da pena entre 01 (um) e 30 (trinta) dias de afastamento das funções, comunicando-se, de imediato ao Executivo Municipal para fins de desconto na remuneração.

Parágrafo Único. Não haverá recurso da decisão do pleno do CMDCA.

CAPÍTULO XVI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 127. Todos os programas ou projetos previstos neste capítulo, inclusive Casa Lar e Casa de Custódia poderão ser instituídos ou mantidos mediante convênio intermunicipal celebrado pelos respectivos Prefeitos Municipais, desde que exista anuência dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e Adolescente de cada Município. Para assegurar o funcionamento regular da entidade no convênio serão detalhadas as formas de participação e custeio. A rescisão do convênio dependerá da anuência de todos os municípios participantes e seus respectivos Conselhos Municipais de Direitos, vedada, portanto, a rescisão unilateral, sob pena de multa equivalente a 50 (cinquenta) salários mínimos, revertida para à administração de tais entidades ou programas.

Parágrafo Único. As entidades ou programas mantidos através de convênio intermunicipal terão um único órgão gestor, eleito a cada 03 anos, com a participação de representantes de cada um dos Municípios, zelando pelo estrito

cumprimento do convênio, bem como pela correta aplicação dos recursos, prestando contas mensalmente a à Comissão de Integração de cada um dos Conselhos Municipais de Direitos.

Art. 128. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar para as despesas decorrentes do cumprimento desta Lei.

Art. 129. A Rede de Proteção e Atendimento realizará anualmente solenidades ou promoverá eventos nas seguintes datas:

I - Na última semana de Abril é realizado o “Encontro Municipal da Rede de Proteção e Atendimento, objetivando apresentar o Relatório Anual da Situação da Infância e Juventude, o Rol Anual de Prioridades e a Política Anual estabelecida para o ano seguinte. No evento haverá um painel sob a responsabilidade da Comissão de Integração avaliando e monitorando as medidas anteriormente aplicadas e o funcionamento da Rede de Proteção.

II - No dia 18 de Maio é celebrado o Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei Federal Nº. 9.970/00, com o lema **ESQUECER É PERMITIR, LEMBRAR É COMBATER**

III - No dia 25 de Maio é celebrado o Dia Nacional da Adoção Legal, instituído pela Lei Federal nº 10.447/2002;

IV - No dia 12 de Junho é celebrado o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil;

V - No dia 12 de Outubro é celebrado o Dia da Criança, instituído pelo Decreto Federal nº 4867, de 5 de novembro de 1924.

VI - Na primeira semana de Novembro é comemorada a Semana de Mobilização contra a Esmola Infantil, com o lema “Não dê esmola, dê futuro”. A campanha incentivará doações para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos do artigo 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente e Anexo I desta lei.

Art. 130. A implantação dos Programas criados por esta Lei dependerá de Convênio com os demais Municípios da Comarca.

Art. 131. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 01 de julho de 2008, 22º da Emancipação e 20º de Administração.

JOSÉ NIVALDO STOFFELS
Prefeito Municipal

ANEXO I

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 13/07/1990, no artigo 260, permite aos contribuintes do Imposto de Renda deduzir da renda bruta o total de doações efetuadas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e o Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Decreto 794/1993 estabeleceu que o limite máximo para doações dedutíveis do Imposto de Renda passaria a ser de 1% para Pessoas Jurídicas, não cumulativo com outras doações e incentivos fiscais federais, e de 6% para pessoas físicas (artigo 22, Lei 9.532/97). Doações da Pessoa Jurídica.

A **Pessoa Jurídica** que quiser doar ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao calcular o Imposto de Renda, basta deduzir até 1% do valor, sem qualquer ônus para a empresa, recolhendo, assim, 99% do valor devido apresentando o comprovante de doação. Doações de Pessoa Física

A **Pessoa Física** que quiser doar ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá deduzir até 6% do Imposto de Renda devido, lançando-os na Declaração Anual de Ajuste do mesmo ano base, apresentando os comprovantes de doação. Aplicação dos recursos doados

As doações serão realizadas através de depósitos identificados (com nome, CPF ou CNPJ do depositante) na conta do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente:

A partir do depósito identificado, com CPF ou CNPJ, o FUMCAD enviará as informações à Receita Federal sobre a doação. O comprovante de depósito é o documento comprobatório da doação, e deverá ficar com o doador, para que seja apresentado se necessário. O CMDCA deverá disponibilizar guia de depósito ou boleto bancário para fazer doação. As doações poderão ser feitas mensalmente, trimestralmente ou até o último dia útil de

funcionamento bancário no ano. O abatimento do imposto de renda devido, no caso de pessoas físicas, deve ser feito na Declaração de Imposto de Renda referente ao mesmo ano da doação. Uma via do seu comprovante do depósito quitado deverá ser remetido ao CMDCA para que seja emitido o comprovante para fins da Declaração do Imposto de Renda.

Você pode se basear na última declaração do seu imposto de renda ou estimar o seu ganhos e despesas do ano, e calcular o valor do seu Imposto de Renda Devido. Sobre o valor do Imposto calcule 6% e deposite na conta do FMDCA.

Para aqueles que pagam todo o valor do Imposto de Renda Devido na fonte, vale lembrar que 100% da doação dedutível será devolvida corrigida pela SELIC a partir do mês de Abril do ano seguinte da doação na Relação de Pagamentos e Doações Efetuados, informar:

Nome do Beneficiário: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.	
CNPJ:	
Código:	08
Valores – R\$: informar o valor da doação.	

CÁLCULO DO IMPOSTO

Na linha 16 – Informar o valor da doação, que deverá ser abatido do valor imposto calculado (Linha 15), até o limite de 6% do valor do imposto.

Algumas razões para você fazer sua doação?

- Você estará beneficiando diretamente as crianças e adolescentes do nosso Município.
- Descontará integralmente o valor da doação do Imposto de Renda Devido.
- A dedução das doações não interfere com o imposto de renda retido na fonte,

nem com eventual valor da restituição do contribuinte.

- Com certeza você encontrará outras razões para fazer sua doação, consulte o seu Coração.

Destinação das vias do boleto, depois de preenchido de acordo com modelo acima.

RECIBO DE ENTREGA - Encaminhar a CMDCA com seguinte finalidade:

- Identificar a liquidação junto ao Banco.
- Identificar o doador para fins de informar a Receita Federal a doação recebida.

ANEXO II

Roteiro de diagnóstico local DA SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

I) IDENTIFICAÇÃO:

Nome do Município:

Comarca:

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹:

Comissão de Dados do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente do Município de Chopinzinho:

Nome	Cargo/profissão	Telefone	E-mail
01.			
02.			
03.			
04.			
05.			
06.			
07.			
08.			
09.			
10.			
11.			
12.			

II) INDICADORES SOCIAIS DO MUNICÍPIO:

¹ Consultar a publicação “IDH Municipal – 2000. Anotações sobre o desempenho do Paraná”, no “site” do IPARDES (www.ipardes.gov.br).

A) INFORMAÇÕES gerais de interesse para conhecer A ORIGEM da situação da infância E DA ADOLESCÊNCIA:

Quadro 01 - População do Município

Sexo	2000	2007
Mulheres		
Homens		
Total		

Fonte:

Observações:

Quadro 02 - População infanto-juvenil por faixa etária

População	2000	2007
0 a 3 anos		
4 a 6 anos		
7 a 11 anos		
12 a 14 anos		
15 a 18 anos		
Total		

Fonte:

Observações:

Quadro 03 - Áreas de ocupação irregular²

Quantidade (Nº)	2000	2007
Áreas		
Domicílios		
Moradores		
Crianças		
Adolescentes		

Fonte:

² Também conhecidas como “loteamentos clandestinos” ou “invasões”.

Observações:

Quadro 04 - Áreas de risco natural³

Quantidade (Nº)	2000	2007
Áreas		
Domicílios		
Moradores		
Crianças		
Adolescentes		

Fonte:

Observações:

Quadro 05 - Número de domicílios por localização (meio rural ou urbano)

Ano	2000		2007	
Quantidade	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Domicílios				
Total				

Fonte:

Observações:

Quadro 06 - Número de domicílios com abastecimento de água inadequado

Ano	2000		2007	
Quantidade	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Domicílios				
Total				

Fonte:

Observações:

³ Áreas sujeitas a inundações (fundos de vale, por exemplo), desmoronamentos, etc.

Quadro 07 - Número de domicílios com esgotamento sanitário inadequado

Ano	2000		2007	
Quantidade	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Domicílios				
Total				

Fonte:

Observações:

Quadro 08 - Número de domicílios sem coleta de lixo

Ano	2000		2007	
Quantidade	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Domicílios				
Total				

Fonte:

Observações:

B) INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE A SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA NO MUNICÍPIO

B.1) SAÚDE:

Quadro 09 - Número de nascidos vivos

Localização	2006	2007
Paraná		
Município		

Fonte: SESA/ISEP/CIDS/DSI/SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade

Observações:

Quadro 10 - Coeficiente de mortalidade infantil (0 a 12 meses incompletos) por
1.000 nascidos vivos

Localização	2006	2007
Paraná		
Município		

Fonte: SESA/ISEP/CIDS/DSI/SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade

Observações:

Quadro 11 - Percentual das principais causas de mortes infantis (0 a 12 meses incompletos)

Causas (especificar)	2006	2007
	%	%
	%	%
	%	%

Fonte:

Observações:

Quadro 12 - Percentual das principais causas de mortes infantis (1 a 12 anos incompletos)

Causas (especificar)	2006	2007
	%	%
	%	%
	%	%
	%	%

Fonte:

Observações:

Quadro 13 - Percentual das principais causas de mortes de adolescentes (12 a 18 anos incompletos)

Causas (especificar)	2006	2007

Fonte:

Observações:

Quadro 14 - Número de casos de doenças mais freqüentes na população infantil (0 a 12 anos incompletos)

Doenças (especificar)	2006	2007

Fonte:

Observações:

Quadro 15 - Número de casos de doenças mais freqüentes na população adolescente (12 a 18 anos incompletos)

Doenças (especificar)	2006	2007

--	--	--

Fonte:

Observações:

Quadro 16 - Número de casos de AIDS em crianças e adolescentes

Faixa etária	2006	2007
Até 6 anos		
7 a 11 anos		
12 a 14 anos		
15 a 18 anos		
Total		

Fonte:

Observações:

Quadro 17 - Número de crianças e adolescentes usuários de drogas (substâncias psicoativas), inclusive álcool

Faixa etária	2006	2007
Até 6 anos		
7 a 11 anos		
12 a 14 anos		
15 a 18 anos		
Total		

Fonte:

Observações:

Quadro 18 - Número de crianças e adolescentes portadores de transtornos psiquiátricos

Faixa etária	2006	2007
Até 6 anos		
7 a 11 anos		
12 a 14 anos		
15 a 18 anos		
Total		

Fonte:

Observações:

Quadro 19 - Número de crianças e adolescentes portadores de deficiências (sensoriais, físicas e/ou mental)

Faixa etária	2006	2007
Até 6 anos		
7 a 11 anos		
12 a 14 anos		
15 a 18 anos		
Total		

Fonte:

Observações:

Quadro 20 - Número de crianças e adolescentes grávidas

Faixa etária	2006	2007
Até 11 anos		
12 a 14 anos		
15 a 18 anos		
Total		

Fonte:

Observações:

Quadro 21 - Número de serviços de saúde (em geral) que atendem crianças e adolescentes

Tipo	Unidade básica de saúde	Ambulatório	Hospital Geral	Hospital Infantil	Maternidade	UTI neonatal	Laboratório (Análises Clínicas)
Público Municipal							
Público estadual							
Particular							
Total							

Fonte:

Observações:

Quadro 22 - Número de leitos hospitalares (para a população em geral)

Tipo	Hospital Geral	UTI	Hospital Infantil	Maternidade	UTI neonatal	Hospital Psiquiátrico
Público municipal						
Público estadual						
Particular						
Sub-totais						

Número total de leitos:

Número de leitos/1000 habitantes:

Índice estadual de leitos/1000 habitantes:

Fonte:

Observações:

Quadro 23 - Número de serviços de saúde mental que atendem crianças e adolescentes⁴

Tipo	Unidade básica de saúde	Ambulatório	Leitos em Hospital Geral	Leitos em Hospital Infantil	Leitos em Hospital Psiquiátrico	CAPS	Hospital-dia
Público Municipal							
Público estadual							
Particular							
Total							

Fonte:

Observações:

⁴ Portadores de transtornos psiquiátricos e/ou usuários de substâncias psicoativas (álcool ou outras drogas).

Quadro 24 - Programas municipais de saúde específicos que atendem crianças e adolescentes

Tipo de Programa	Sim	Não	Nº de atendidos	
			2006	2007
Prevenção da gravidez na adolescência				
Prevenção das DST/AIDS				
Prevenção ao uso de drogas (substâncias psicoativas)				
Prevenção de acidentes domésticos				
Atendimento médico e psicológico a vítimas de violência				
Saúde bucal				
Outros (especificar)				
Total		-		

Fonte:

Observações:

B.2) EDUCAÇÃO

Quadro 25 - População infanto-juvenil por faixa etária, número de vagas e de matrículas na rede de ensino público.

Rede	Faixa etária	População	Vagas ofertadas		Matrículas	
			2006	2007	2006	2007
Estadual	0 a 3 anos					
	4 a 6 anos					
	7 a 11 anos					
	12 a 14 anos					
	15 a 18 anos					
Municipal	0 a 3 anos					
	4 a 6 anos					
	7 a 11 anos					
	12 a 14 anos					
	15 a 18 anos					
Total						

Fonte:

Observações:

Quadro 26 - Número de escolas, vagas e matrículas na Educação Infantil (0 a 6 anos)

Rede de Ensino	Nº de Escolas	Vagas		Matrículas		Matrículas de portadores de deficiências	
		2006	2007	2006	2007	2006	2007
Municipal							
Estadual							
Entidades Sociais							
Particular							
Total							

Fonte:

Observações:

Quadro 27 - Número de escolas, vagas e matrículas no Ensino Fundamental

Rede de Ensino	Nº de Escolas	Vagas		Matrículas		Matrículas de portadores de deficiências	
		2006	2007	2006	2007	2006	2007
Municipal							
Estadual							
Entidades Sociais							
Particular							
Total							

Fonte:

Observações:

Quadro 28 - Número de escolas, vagas e matrículas no Ensino Médio

Rede de Ensino	Nº de Escolas	Vagas		Matrículas		Matrículas de portadores de deficiências	
		2006	2007	2006	2007	2006	2007
Municipal							
Estadual							
Entidades Sociais							
Particular							
Total							

Fonte:

Observações:

Quadro 29 - Número de crianças e adolescentes portadores de deficiências (sensoriais, físicas e/ou mental) que freqüentam Escola Especializada

Faixa etária	2006	2007
Até 6 anos		
7 a 11 anos		
12 a 14 anos		
15 a 18 anos		
Total		

Fonte:

Observações:

Fonte:

Observações:

Quadro 32 - Programas municipais de educação específicos que atendem crianças e adolescentes

Tipo de Programa	Sim	Não	Nº de atendidos	
			2006	2007
Reforço escolar				
Contra-turno escolar				
Escola em período integral				
Escola especializada				
Classe especial				
Sala de recursos				
Avaliação psicopedagógica				
Atendimento psicopedagógico				
Profissionalização de adolescentes				
Centro de formação técnico-profissional				
Ensino noturno regular para adolescentes				
Ensino supletivo				
Curso de Idioma (Inglês, Francês, Alemão, etc)				
Curso de Informática				
Outros (especificar)				
Total		-		

Fonte:

Observações:

B.3) ESPORTE, CULTURA E LAZER

Quadro 33 - Equipamentos municipais de esporte, cultura e lazer específicos que atendem crianças e adolescentes

Tipo de Equipamentos	Sim	Nº	Não	Nº de atendidos	
				2006	2007
Praça ou rua com recreação orientada					
Praça ou rua com prática esportiva orientada					
Parque municipal com visita orientada					
Reserva florestal com visita orientada					
Quadra esportiva					
Ginásio de esportes					
Pista de "scate"					
Centro cultural					
Cinema					
Teatro					
Circo					
Biblioteca Pública					
Internet Pública (inclusão digital)					
Museu com visita orientada					
Galeria de arte					
Outros (especificar)					
Total			-		

Fonte:

Observações:

Quadro 34 - Programas municipais de esporte, cultura e lazer específicos que atendem crianças e adolescentes

Tipo de Programa	Sim	Não	Nº de atendidos	
			2006	2007
Recreação orientada				
Iniciação esportiva				
Visita orientada a parques				
Visita orientada a reservas florestais				
Visita orientada a museus				
Curso de teatro				
Curso de artes plásticas				
Curso de artesanato				
Iniciação musical				
Curso de instrumentos musicais				
Coral				
Banda de Música				
Artes marciais				
Dança clássica, moderna ou contemporânea				
Danças de salão				
Capoeira				
“Hip-hop”				
“Afro-reggae”				
Grupos folclóricos				
Outros (especificar)				
Total		-		

Fonte:

Observações:

B.4) ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quadro 35 - Número de crianças e adolescentes em situação de rua

Faixa etária	2006	2007
Até 6 anos		
7 a 11 anos		
12 a 14 anos		
15 a 18 anos		
Total		

Fonte:

Observações:

Quadro 36 - Número de crianças e adolescentes cujas famílias tenham renda mensal “per capita” igual ou inferior a um salário mínimo

Faixa etária	2006	2007
Até 6 anos		
7 a 11 anos		
12 a 14 anos		
15 a 18 anos		
Total		

Fonte:

Observações:

Quadro 37 - Número de crianças e adolescentes cujas famílias tenham renda mensal “per capita” igual ou inferior a 1/2 salário mínimo

Faixa etária	2006	2007
Até 6 anos		
7 a 11 anos		
12 a 14 anos		
15 a 18 anos		
Total		

Fonte:

Observações:

Quadro 38 - Número de crianças e adolescentes explorados em trabalho infanto-juvenil

Faixa etária	2006	2007
Até 6 anos		
7 a 11 anos		
12 a 14 anos		
15 a 18 anos		
Total		

Número de inscritos no PETI⁵, em 2002:

Número de inscritos no PETI, em 2003:

Fonte:

Observações:

Quadro 39 - Ações sócio-educativas⁶ específicas que se destinam a crianças e adolescentes⁷

Tipo de ação sócio-educativa (especificar)	Faixa etária	Nº em fila de espera	Nº de atendidos	
			2006	2007
Atividades psicopedagógicas (0 a 6 anos)				
Contra-turno social (7 a 13 anos) com atividades (culturais, esportivas, recreativas, etc)				
Contra-turno social (14 a 17 anos) com atividades (culturais, esportivas, recreativas, etc) e, também, iniciação e colocação profissional				
Agente Jovem ⁸ (15 a 17 anos)				
Outras (especificar)				
Total	-			

Número total de crianças e adolescentes atendidos nas ações sócio-educativas desenvolvidas no município:

Número de crianças e adolescentes atendidos em apenas uma ação sócio-educativa:

Número de crianças e adolescentes atendidos em mais de uma ação sócio-educativa:

Número total de crianças e adolescentes em filas de espera, aguardando vaga em ações sócio-educativas:

⁵ “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil”, promovido em parceria (Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal).

⁶ Não confundir com as “medidas sócio-educativas”, referidas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que se destinam especificamente a adolescentes que praticaram ato infracional.

⁷ Consultar os “Planos Municipais de Assistência Social” e os Relatórios referentes a 2002 e 2003.

⁸ Programa promovido em parceria (Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal, que concede bolsa-auxílio aos participantes.

Fonte:

Observações:

Quadro 40 - Ações sócio-educativas que se destinam a famílias⁹

Tipo de Ação sócio-educativa (especificar)	Nº em fila de espera	Nº de famílias atendidas	
		2006	2007
Ações comunitárias de informação, orientação e promoção social			
Regularização de documentação			
Atividades culturais			
Atividades recreativas			
Atividades esportivas			
Atividades de geração de renda			
Capacitação profissional			
Colocação profissional			
Estímulo ao associativismo / cooperativismo			
Outros (especificar)			
CRAS			
Total			

Número total de famílias atendidas nas ações sócio-educativas desenvolvidas no município:

Número de famílias atendidas em apenas uma ação sócio-educativa:

Número de famílias atendidas em mais de uma ação sócio-educativa:

Número total de famílias em filas de espera, aguardando vaga em ações sócio-educativas:

Fonte:

Observações:

B.5) PROTEÇÃO ESPECIAL

Quadro 41 - Número de crianças e adolescentes explorados sexualmente (com finalidade comercial)¹⁰

Faixa etária	2006	2007
Até 6 anos		
7 a 11 anos		
12 a 14 anos		
15 a 18 anos		
Total		

Número de inscritos no “Programa Sentinela”¹¹, em 2002:

Número de inscritos no “Programa Sentinela”, em 2003:

Número de crianças e adolescentes em fila de espera, aguardando vaga no “Programa Sentinela”:

Fonte:

Observações:

⁹ Consultar os “Planos Municipais de Assistência Social” e os Relatórios referentes a 2002 e 2003.

¹⁰ A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes ainda é, erroneamente, conhecida como “prostituição infanto-juvenil”.

¹¹ Programa promovido em parceria (Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal), destinado a crianças e adolescentes que sofreram violência e/ou exploração sexual.

Quadro 42 - Número de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica¹²

Tipo de violência	2006	2007
Violência física		
Violência psicológica		
Violência sexual		
Abandono		
Negligência		
Exploração sexual		
Exploração de mão-de-obra		
Total		

Fonte:

Observações:

Quadro 43 - Número de crianças e adolescentes vítimas de violência institucional¹³

Tipo de violência	2006	2007
Abuso de autoridade		
Violência física		
Violência psicológica		
Violência sexual		
Negligência		

¹² Aquela provocada pelos pais ou responsável ou por pessoa que faz parte das relações de confiança da vítima, de parentesco ou não, por exemplo: irmãos ou primos mais velhos, tios, avós, companheiro da mãe, companheira do pai, etc.

¹³ Violação de direitos ocorrida sob a responsabilidade de instituição de atendimento a crianças e adolescentes, inclusive da rede de políticas básicas (saúde, educação, etc.)

Exploração sexual		
Exploração de mão-de-obra		
Total		

Fonte:

Observações:

Quadro 44 - Programas existentes no município que se enquadram nas medidas específicas de proteção¹⁴

Tipo de Programa	Sim	Não	Nº de atendidos	
			2006	2007
Orientação, apoio e acompanhamento temporários				
Programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente				
Tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial				
Programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários de álcool e de outras drogas (substâncias psicoativas)				
Abrigo em entidade				
Colocação em família substituta				
Outros (especificar)				

¹⁴ Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 101.

Total		-		

Fonte:

Observações:

Quadro 45 - Número de atos infracionais cometidos por adolescentes (12 a 18 anos incompletos)

Tipo de Ato Infracional	2006	2007
Ameaça		
Atentado violento ao pudor		
Estupro		
Furto		
Homicídio		
Latrocínio		
Lesão corporal		
Porte de arma		
Porte ou tráfico de drogas		
Receptação		
Roubo		
Vias de fato		
Outros (especificar)		

Total		

Fonte:

Observações:

Quadro 46 - Número de adolescentes que cometeram ato infracional

Faixa etária	2006	2007
12 a 14 anos		
15 a 18 anos		
Total		

Fonte:

Observações:

Quadro 47 - Nº de medidas socioeducativas aplicadas no município para adolescentes em conflito com a lei ¹⁵

Tipo de Programa	Nº de medidas	
	2006	2007
Prestação de serviços à comunidade		
Liberdade assistida		
Semiliberdade		
Internação		
Total		

Fonte:

¹⁵ Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 112.

Observações:

Quadro 48 - Programas existentes no município que se enquadram nas medidas aplicáveis aos pais ou responsável¹⁶

Tipo de Programa	Sim	Não	Nº de atendidos	
			2006	2007
Programa oficial ou comunitário de promoção à família				
Programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários de álcool e de outras drogas (substâncias psicoativas)				
Tratamento psicológico ou psiquiátrico				
Cursos ou programas de orientação				
Terapia familiar				
Outros (especificar)				
CRAS				
CREAS				
Total		-		

Fonte:

Observações:

¹⁶ Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 129.

B.6) ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

Quadro 49 - Órgãos de proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente existentes no Município

Tipo de entidade	Sim	Não
Promotoria da Criança e do Adolescente		
Juizado da Infância e Juventude		
Defensoria Pública		
Juizado da Vara da Família		
Delegacia do Adolescente (ato infracional)		
Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente		
Conselho Tutelar		
SOS-Criança ¹⁷ ou programa similar		
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
Conselho Municipal do Trabalho		
Conselho Municipal de Saúde		
Conselho Municipal de Educação		
Conselho Municipal de Assistência social		
Conselho Municipal Antidrogas		
Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência		
Outros (especificar)		
Total		-

Fonte:

Observações:

B.7) RECURSOS PÚBLICOS APLICADOS DIRETAMENTE NA ÁREA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Quadro 50 - Evolução do investimento orçamentário municipal na área da infância e adolescência.

Fonte de Receita	2006	2007
Municipal		
Estadual		
Federal		
Outras (especificar)		
Total		

Fonte:

Observações:

Quadro 51 - Evolução dos recursos do FIA municipal

Fonte de Receita	2006	2007
Municipal		
Estadual		
Federal		
Outras (especificar)		
Total		

¹⁷ Programa que, especificamente, apura denúncias de violência doméstica contra crianças e adolescentes e dá os devidos encaminhamentos.

Fonte:

Observações:

INFORMAÇÕES PARA PESQUISA NA INTERNET

INSTITUIÇÕES FEDERAIS

- 1) DATASUS: www.datasus.gov.br
- 2) IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): www.ibge.gov.br
- 3) INEP (Instituto Nacional de Pesquisas e Estatísticas Educacionais):
www.inep.gov.br
- 4) IPEA (Instituto Econômico de Pesquisas Aplicadas): www.ipea.gov.br

INSTITUIÇÕES ESTADUAIS

- 1) Governo do Estado do Paraná: www.pr.gov.br
- 2) Ministério Público do Estado do Paraná: www.mp.pr.gov.br
- 3) IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social):
www.ipardes.gov.br
- 4) Secretaria de Estado da Saúde: www.saude.pr.gov.br

INDICADORES SOCIAIS DO MUNICÍPIO

1) A Comissão especial deverá utilizar para o preenchimento dos quadros, **exclusivamente**, as fontes oficiais, tais como: Instituições de Pesquisa (IBGE, DATASUS, IPARDES); Secretarias Estaduais e Municipais; Delegacias de Polícia; Instituto Médico Legal; Ministério Público; Varas da Infância e Juventude, etc (no Anexo II, consta uma lista de “sites” para pesquisa na Internet).

2) São solicitadas informações gerais, entendidas como aquelas que têm maior influência na configuração da realidade da infância e da adolescência. Caso se considere que algum dado relevante para entender a situação particular do município não consta dos quadros sugeridos, deverá incluir novos quadros e realizar a sua análise, sempre mencionando a fonte oficial utilizada;

3) Se não for possível acessar alguma das informações solicitadas, o espaço respectivo deverá ser deixado em branco, anotando-se as dificuldades encontradas no local reservado para observações.

SITUAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO

1) Analisar a situação atual da rede instalada no município (programas e projetos sociais, equipamentos e serviços públicos disponíveis, número de crianças e adolescentes atendidos por faixa etária, número de famílias atendidas, etc), evidenciando o número dos atendidos em somente um ou em mais de um programa ou projeto social.

2) Indicar os programas e projetos sociais que o município vem desenvolvendo com sucesso (que se traduz em alteração positiva dos indicadores sociais ao longo dos anos).

3) Listar os principais problemas encontrados no atendimento a crianças e adolescentes (evidenciar aqueles que inviabilizam o acesso e aqueles que, pela precariedade, não oferecem a qualidade adequada).

4) Descrever as alternativas utilizadas pelo município para responder à **ausência** de programas e projetos sociais, bem como de equipamentos e serviços públicos para atendimento aos direitos da criança e do adolescente ou, então, à **oferta insuficiente de vagas** e/ou à **qualidade inadequada** da rede instalada.

5) Relacionar as ações que necessitam ser implementadas, tendo como referência as mais recentes (últimos 5 anos) “Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente”;

6) Explicitar se já foi empreendido algum esforço, governamental ou não governamental, para a efetivação das ações relacionadas no item anterior:

- 1) Pelo município, exclusivamente com recursos do orçamento municipal (indicar se com articulação intersetorial ou em apenas uma política setorial);
- 2) Pelo município em articulação com o governo federal;
- 3) Pelo município em articulação com o governo estadual;
- 4) Através de consórcios intermunicipais (indicar os municípios que poderão estar se articulando, tendo em vista a proximidade territorial e a demanda comum).